



SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Boletim Informativo | n. 44 | dez. 2023



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS	4
RESULTADOS	5
Resultados relativos ao Plano de Saúde	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão – RAG	14
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA	21
REFERÊNCIAS	45

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (Brasil; Fundação Oswaldo Cruz, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e os relatórios de gestão.

O Plano de Saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera de gestão do SUS para o período de quatro anos.

A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e a previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o Relatório Anual de Gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir Plano de Saúde, Conselho de Saúde e Fundo de Saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento** (DGMP) é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao Plano de Saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este Boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0

Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsm.s.saude.gov.br.

N. 44 | Dez. 2023

ISSN 2764-4286

OS 0078/2024

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva

Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa

Coordenação-Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de

Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS

Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede

CEP: 70058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-3442

E-mail: coginp@saude.gov.br

Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Rui Leandro da Silva Santos

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Fabiano Messias da Silva

Henrique Flávio de Souza

Jardênia Marçal Rosa

Luiza Maria Pereira Schaidt

Marcos Ghabriel Pereira Barros

Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

Normalização:

Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

Revisão:

Khamila Silva – Editora MS/CGDI

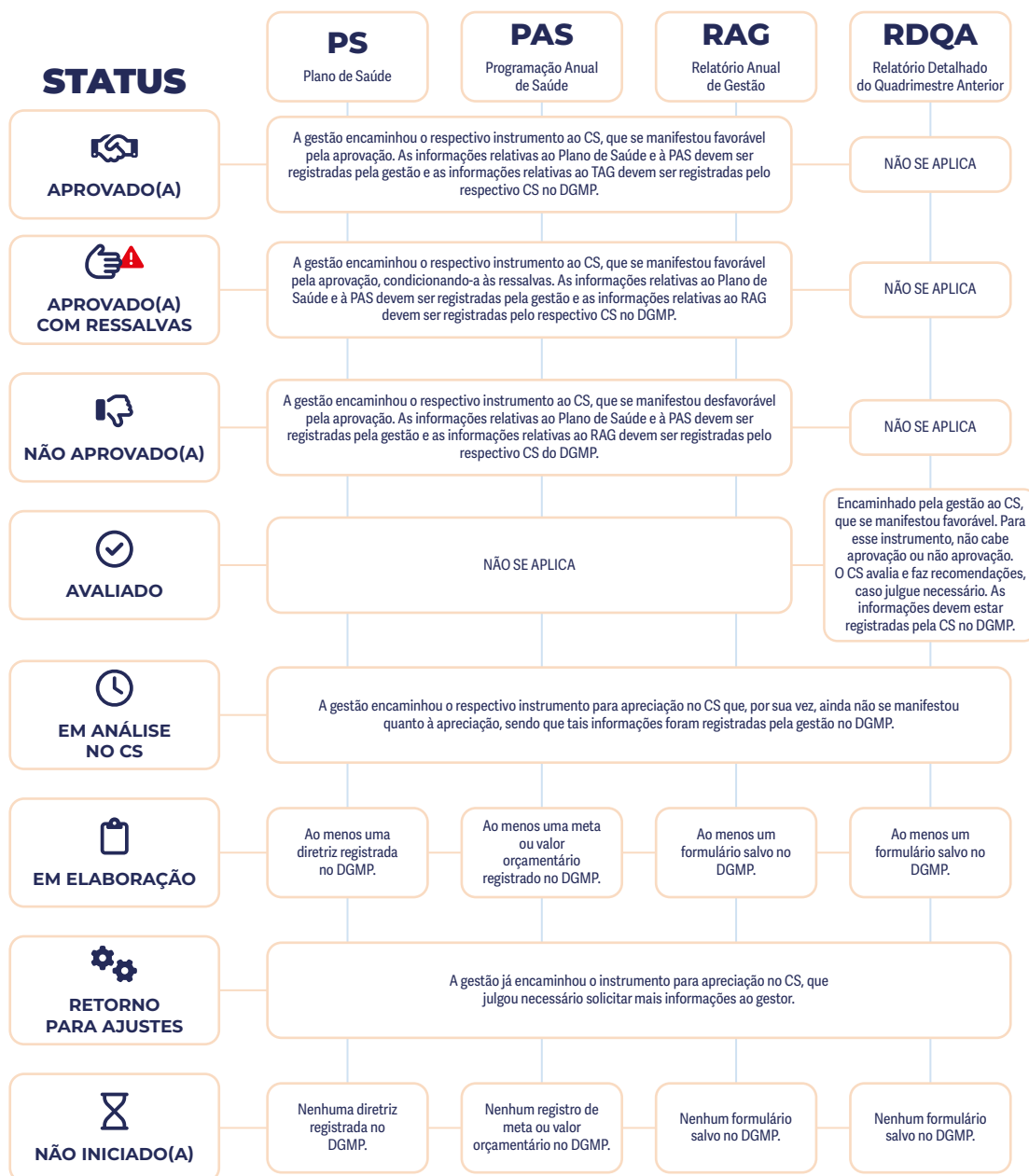
Tatiane Souza – Editora MS/CGDI

Design editorial:

Marcos Melquíades – Editora MS/CGDI

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste Boletim, os status apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto a sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada status.

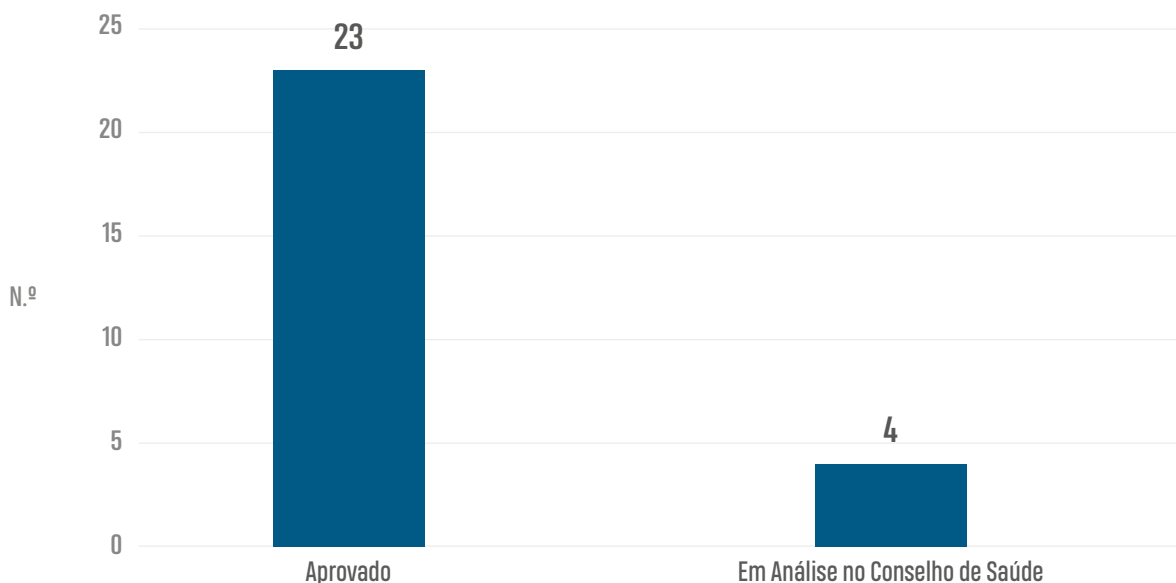


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O Gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023, conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Quatro Secretarias Estaduais de Saúde (Amazonas, Pará, Alagoas e Goiás), cuja situação no gráfico está descrita como “Em análise no Conselho de Saúde”, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação dos respectivos Planos de Saúde.

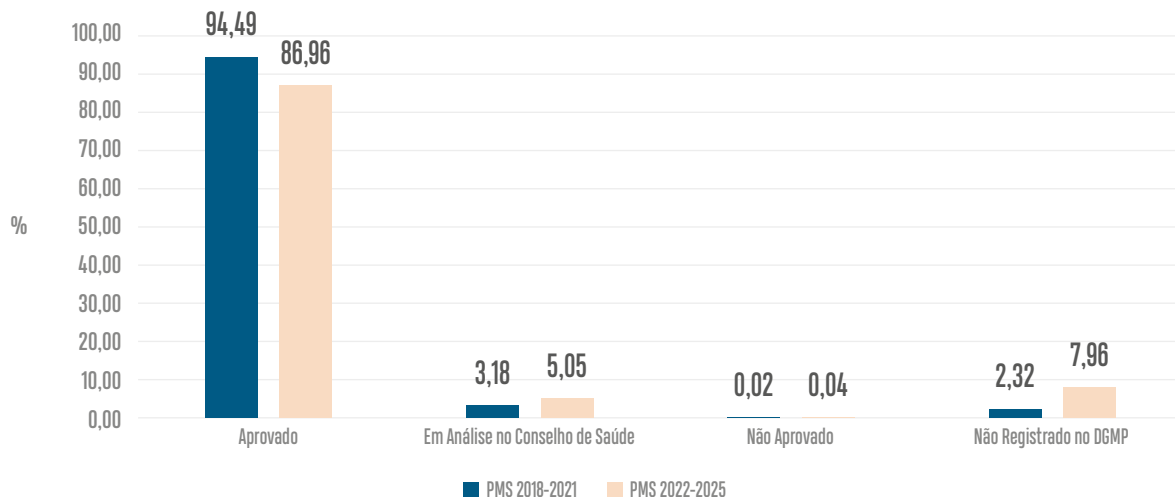
Gráfico 1 – Número das unidades federativas que registrou o Plano de Saúde no DGMP, segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Com relação aos municípios, observa-se pelo Gráfico 2 que a maior parte está com os Planos de Saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 177 municípios (2018-2021) e 281 municípios (2022-2025) estão com seus planos de saúde “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

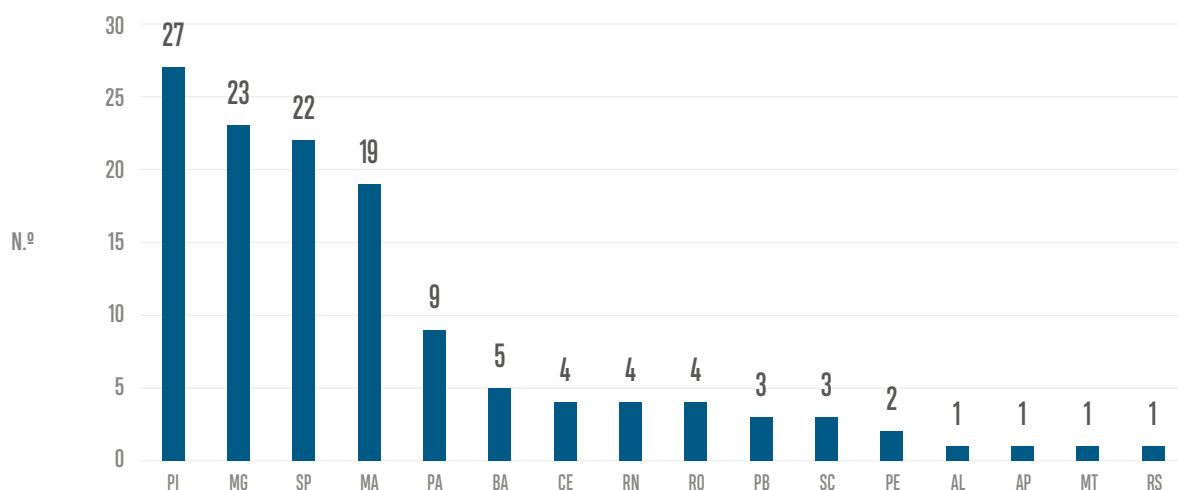
Gráfico 2 – Situação do Plano de Saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018–2021 e 2022–2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o Plano de Saúde no DGMP. São 129 municípios (2018-2021), distribuídos por 16 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (27), São Paulo (22), Minas Gerais (22), e Maranhão (19), conforme Gráfico 3.

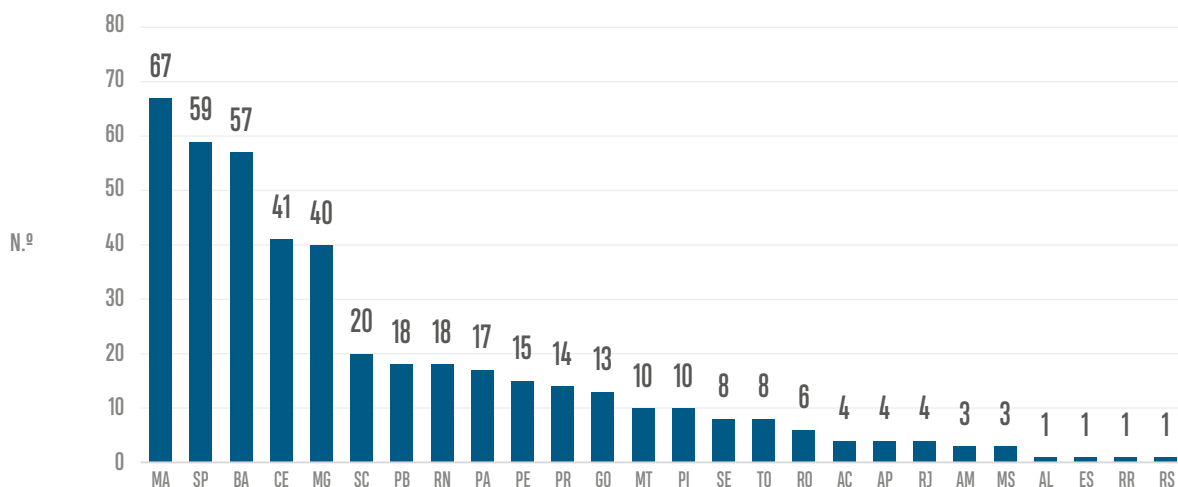
Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriu o Plano de Saúde 2018–2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 443 municípios que não inseriram o Plano de Saúde no DGMP.

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriu o Plano de Saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado

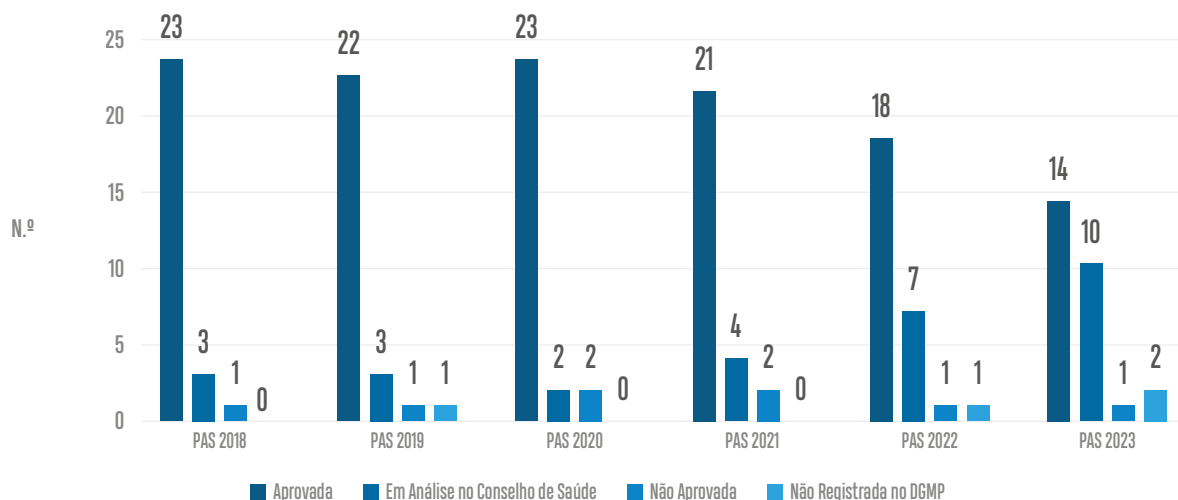


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS

Considerando-se os status que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo Gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (27), 2022 (26) e 2023 (25). Dois estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019 e 2022 (um estado em cada ano).

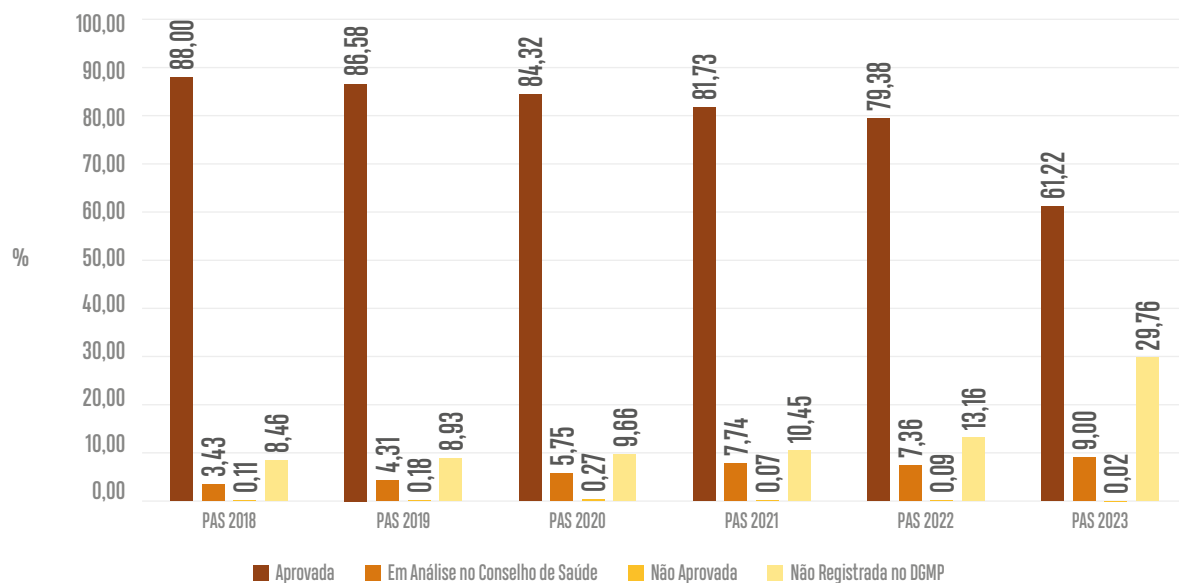
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os status que representam registro no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no Gráfico 6: 2018 (91,54%), 2019 (91,07%), 2020 (90,34%), 2021 (89,55%), 2022 (86,84%) e 2023 (70,24%).

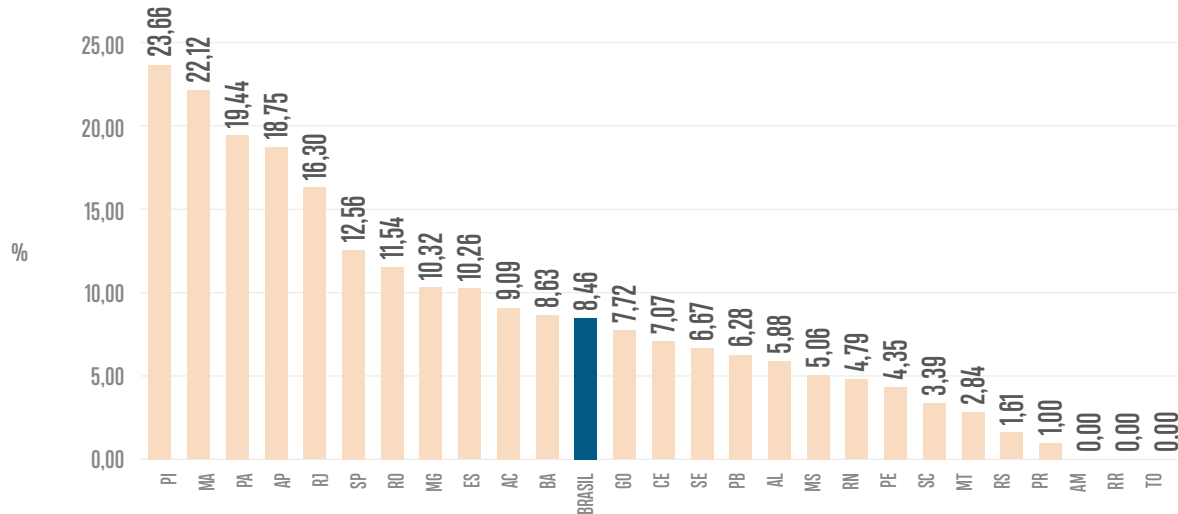
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e do Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2018, aproximadamente 8,5% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Piauí (23,66% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no Gráfico 7.

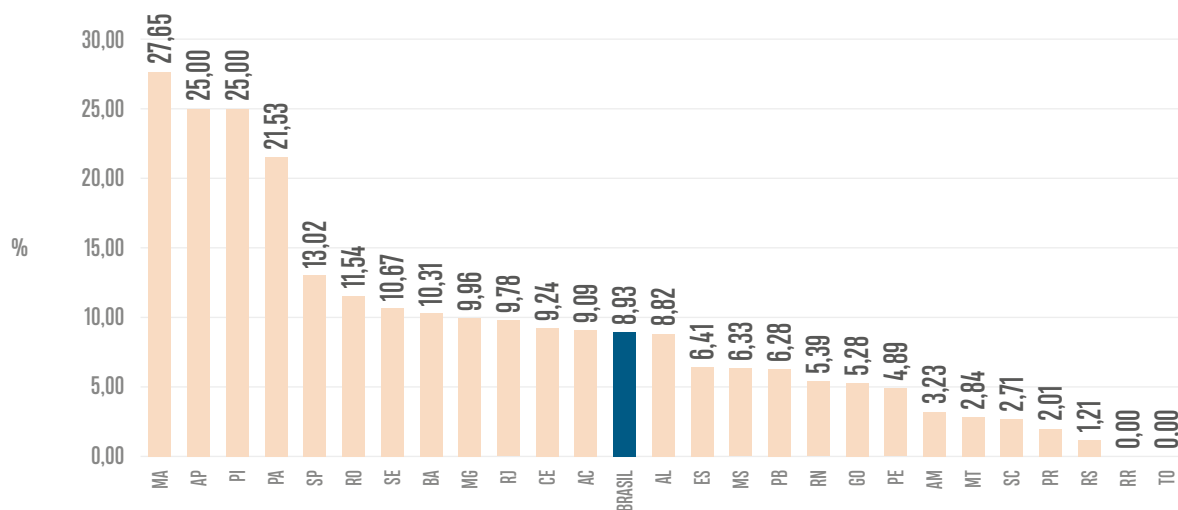
Gráfico 7 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2018 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

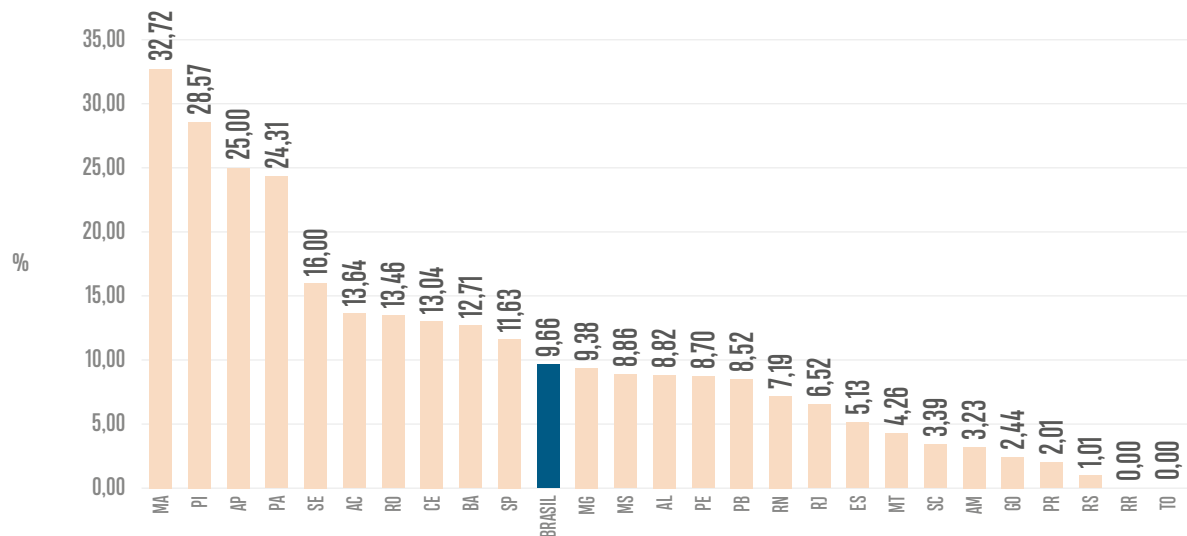
Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios que não registrou esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (27,65%). A proporção para todo o País foi de 8,93%. A situação de todos os estados é apresentada no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2019 no DGMP, segundo estado



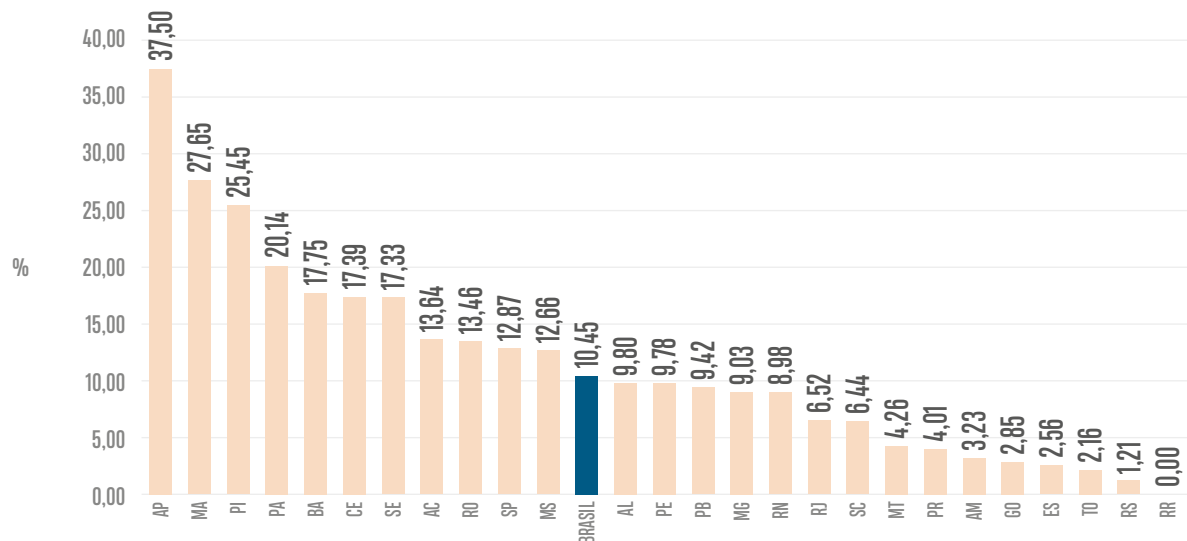
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Para a PAS 2020, a maior proporção de municípios que não registrou esse instrumento no DGMP foi observada no estado do Maranhão (33,72%). A situação por estado está descrita no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2020 no DGMP, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

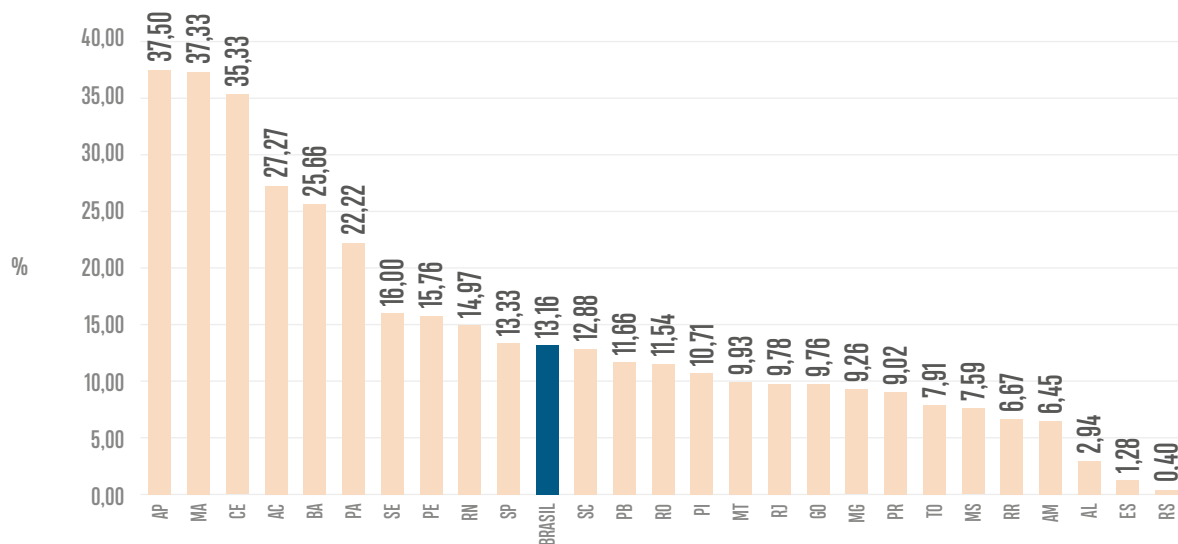
No referente à PAS 2021, conforme Gráfico 10, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não fez o registro no DGMP (37,50%).

Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2021 no DGMP, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Segundo Gráfico 11, para a PAS 2022, cerca de 37% dos municípios do estado do Amapá não tinham registrado esse instrumento no DGMP.

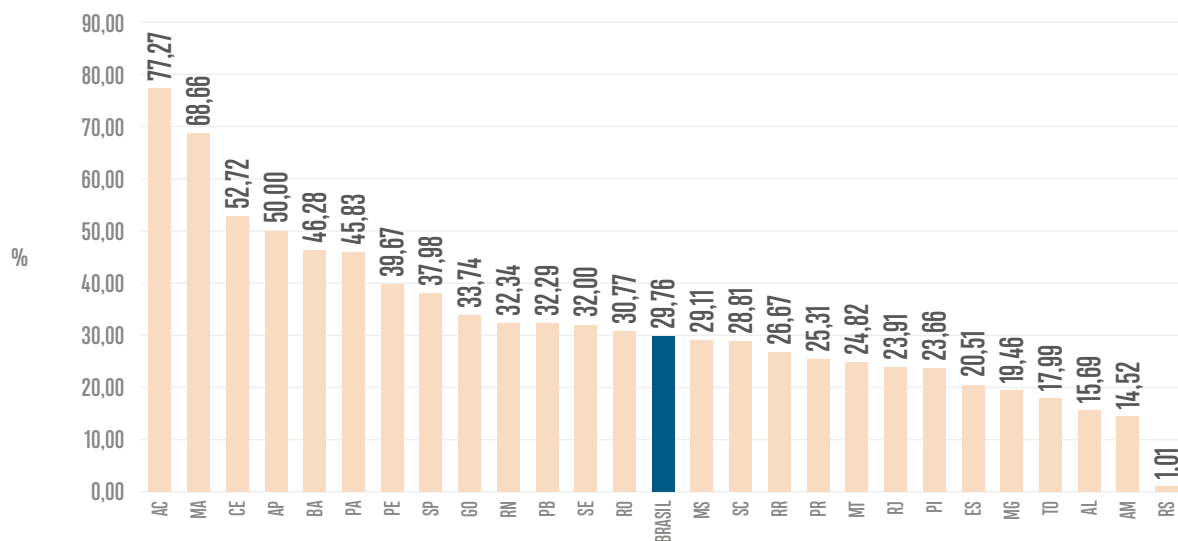
Gráfico 11 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

No tocante ao ano de 2023, cerca de 77% dos municípios do estado do Acre não tinham realizado o registro da PAS no DGMP (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de registro das PAS no DGMP, registra-se que 1.963 municípios (35,26% do total de municípios brasileiros), possuem pendências quanto ao registro, que representa decréscimo de 5,40% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (2.075 municípios com pendências). Desse total, a maior parte está com uma pendência de registro em um dos anos, isto é, 920 municípios (46,87% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 427 municípios (21,75% do total de municípios com pendências), não registraram duas programações; 195 municípios não registraram três programações (9,93% do total de municípios com pendências); 154 municípios não registraram quatro programações (7,85% do total de municípios com pendências); 99 municípios não registraram cinco programações (5,04% do total de municípios com pendências) e 168 municípios não registraram seis programações (8,56% do total de municípios com pendências).

Destaca-se que a elaboração dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) somente é possível após finalização da PAS do respectivo exercício. Portanto, os entes que não registraram a PAS no DGMP também estão com pendências nos referidos relatórios.

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de registro da PAS por estado.

Tabela 1 – Número de municípios com pendências de registro da PAS no DGMP, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2023

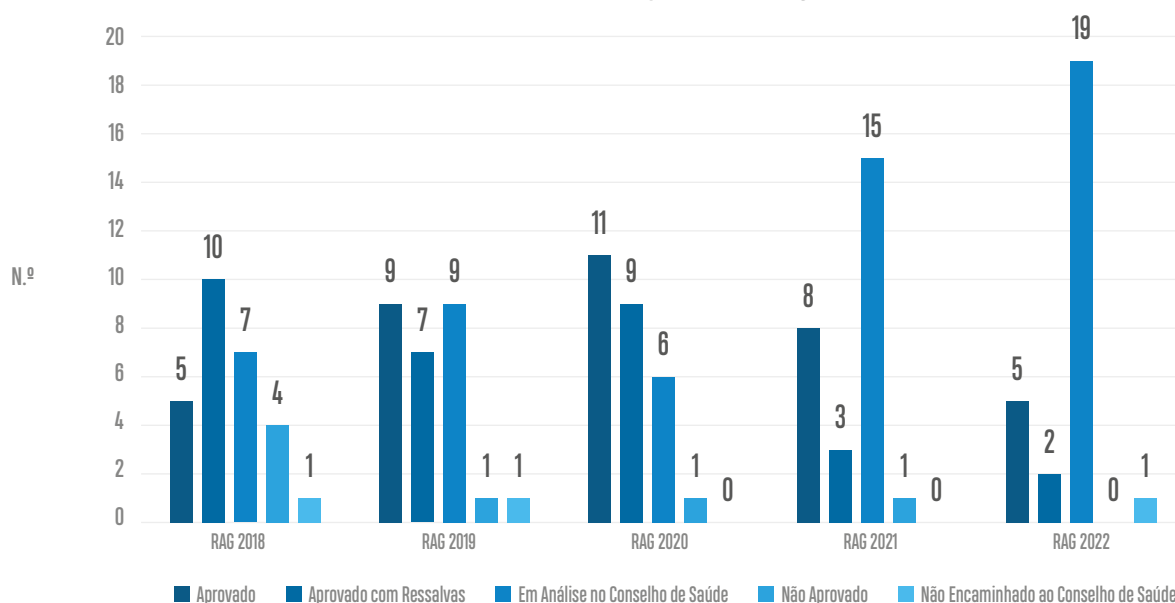
UF	Número de PAS com Pendência de Registro no DGMP						N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios com Pendência
	Uma	Duas	Três	Quatro	Cinco	Seis			
AC	11	4	0	2	0	1	18	22	81,82
AL	13	5	7	1	1	0	27	102	26,47
AM	5	3	1	0	1	0	10	62	16,13
AP	2	3	1	2	0	2	10	16	62,50
BA	81	63	22	8	9	26	209	417	50,12
CE	32	36	10	6	6	10	100	184	54,35
ES	15	5	1	2	0	0	23	78	29,49
GO	55	23	9	3	0	2	92	246	37,40
MA	56	30	18	16	11	30	161	217	74,19
MG	128	39	29	30	12	17	255	853	29,89
MS	18	3	4	2	1	1	29	79	36,71
MT	22	10	1	0	0	4	37	141	26,24
PA	26	12	8	5	11	12	74	144	51,39
PB	47	9	6	4	5	7	78	223	34,98
PE	44	13	8	8	3	2	78	184	42,39
PI	20	16	17	21	12	10	96	224	42,86
PR	70	27	5	3	2	2	109	399	27,32
RJ	17	11	3	2	1	1	35	92	38,04
RN	26	14	5	5	2	4	56	167	33,53
RO	8	4	0	1	2	3	18	52	34,62
RR	3	1	0	0	0	0	4	15	26,67
RS	14	4	2	1	0	0	21	497	4,23
SC	47	27	8	4	1	4	91	295	30,85
SE	9	4	5	5	2	2	27	75	36,00
SP	137	53	22	23	17	28	280	645	43,41
TO	14	8	3	0	0	0	25	139	17,99
BRASIL	920	427	195	154	99	168	1.963	5.568	35,26

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão – RAG

A maior parte das unidades federativas encaminhou pelo DGMP os RAG de 2018 (26), 2019 (26), 2020 (27) e 2021 (27) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme Gráfico 13. Uma unidade federativa não encaminhou o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018 (um estado) e 2019 (um estado).

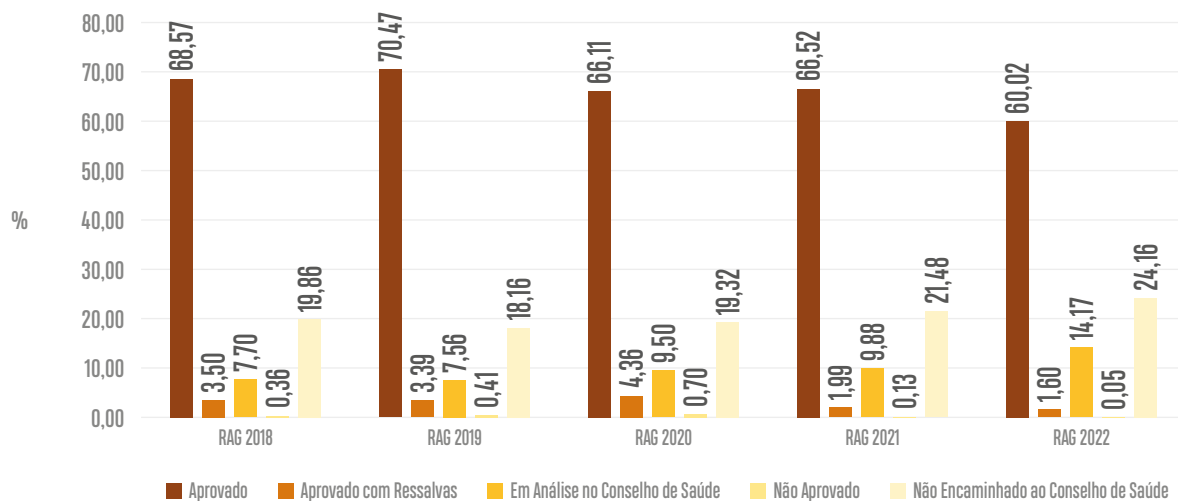
Gráfico 13 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Quanto aos municípios, excetuando-se o ano de 2022, mais de 78% deles encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde): RAG 2018 (80,14%), RAG 2019 (81,84%) RAG 2020 (80,68%) e RAG 2021 (78,52%). Para o ano de 2022, as proporções observadas foram de 75,84%, conforme Gráfico 14.

Gráfico 14 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)

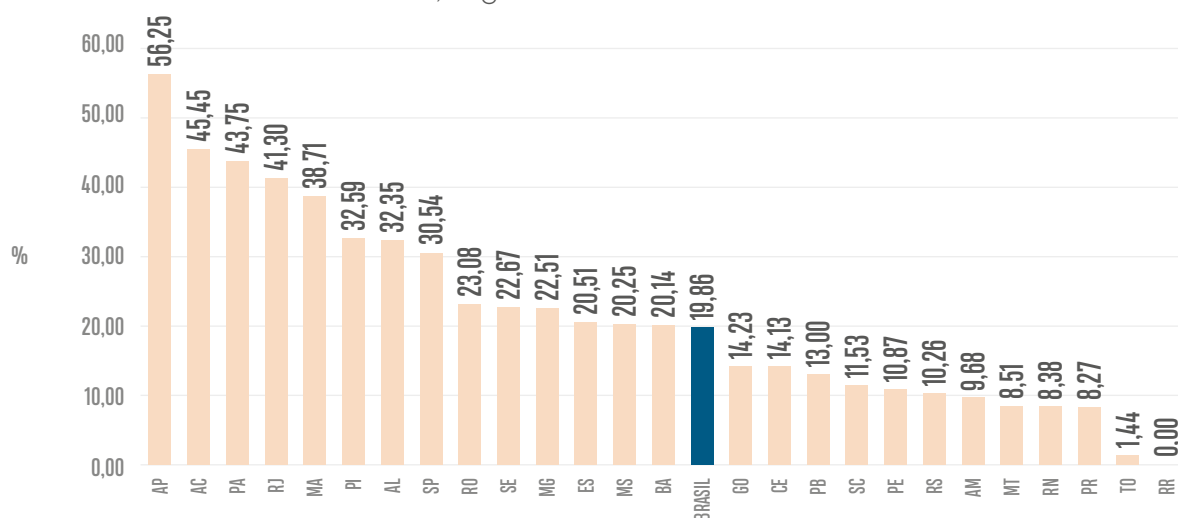


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Em 2018, observou-se que 19,86% dos municípios não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi identificada no estado do Amapá (56,25% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no Gráfico 15.

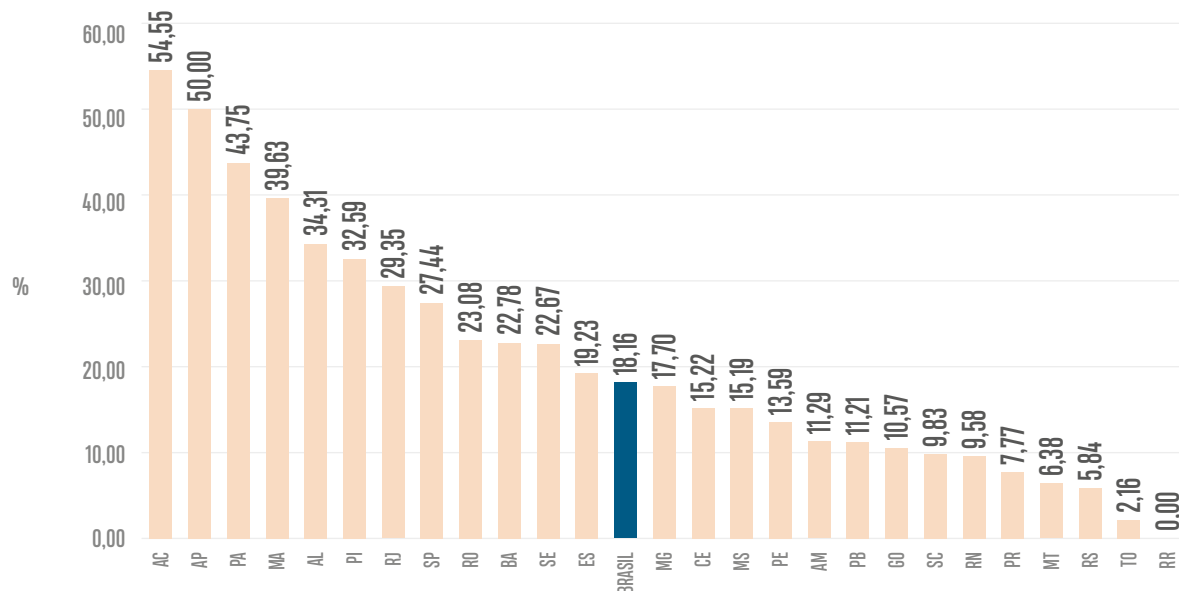
Gráfico 15 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2018 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

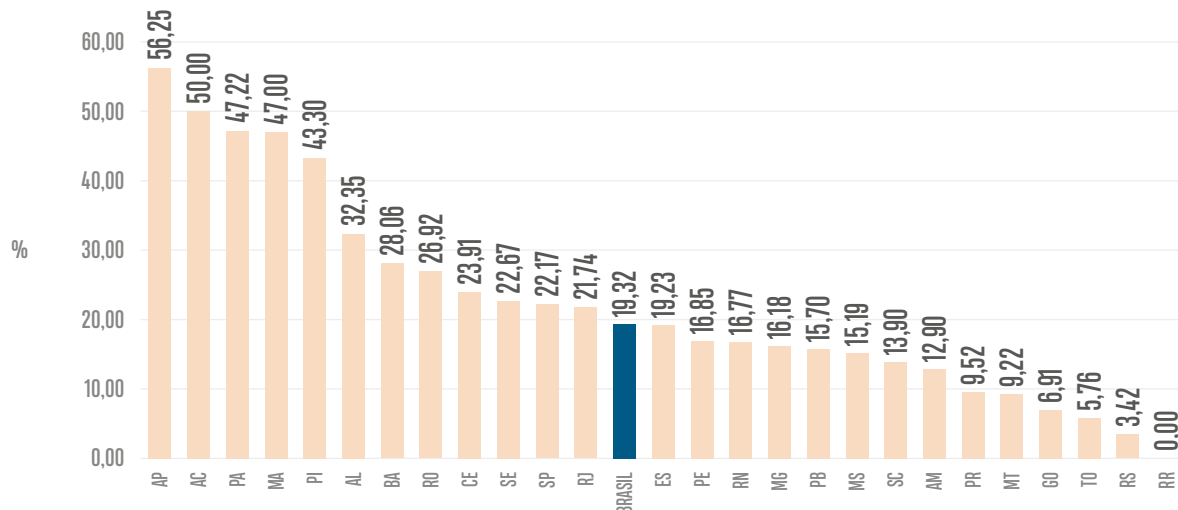
Para o ano 2019, a proporção de municípios que não tinha encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (18,16%) foi um pouco menor em relação à proporção do ano anterior (19,86%). A maior proporção foi observada no estado do Acre (54,55% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Proporção de municípios que não encaminhou o RAG 2019 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



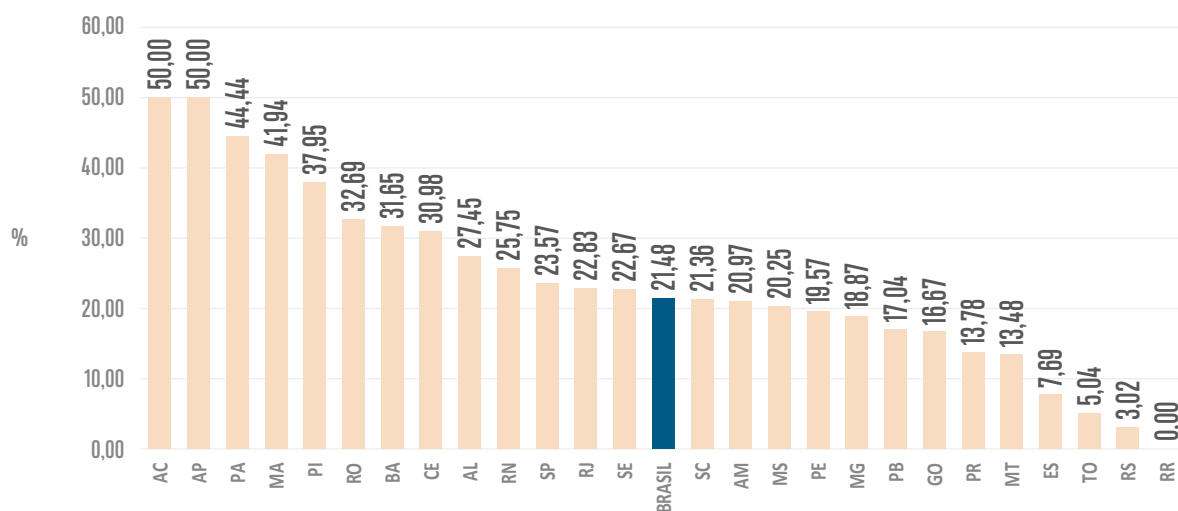
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Para o ano de 2020, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não encaminhou o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. Para o País, esse percentual foi de 19,32% (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Proporção de municípios que não encaminhou o RAG 2020 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Em 2021, a proporção de municípios que não encaminhou o RAG para apreciação no Conselho de Saúde foi de 21,48%. A média observada nos três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) foi de 19,14%. Assim, houve em 2021 um incremento de 2,34 pontos percentuais nas pendências em relação à média histórica até então verificada. As proporções para o ano de 2021 estão dispostas no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Proporção de municípios que não encaminhou o RAG 2021 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado

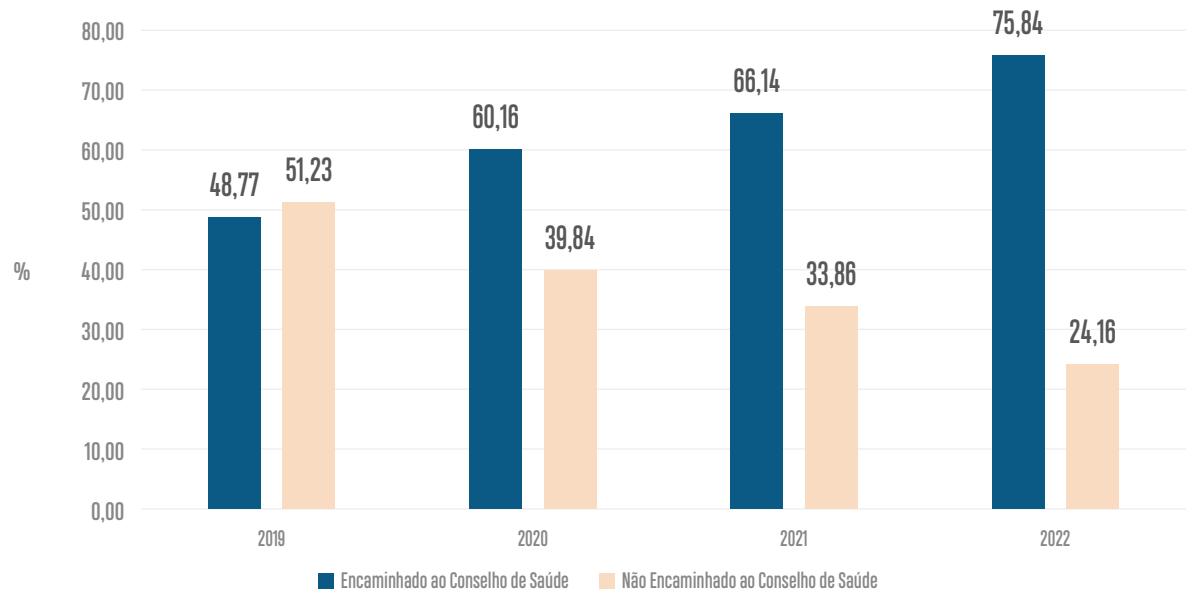
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

A análise sobre a entrega do RAG de 2022 deve ser feita de forma isolada, não cabendo comparações com os dados observados nos anos anteriores, visto que a primeira apuração realizada para o ano de 2022 foi realizada no final de março de 2023.

Entretanto, é possível comparar as entregas do RAG 2022 com as entregas do RAG 2019, RAG 2020 e RAG 2021, tomando por base a proporção de municípios que encaminhou o referido relatório para apreciação no Conselho de Saúde até o final de dezembro do ano subsequente ao exercício.

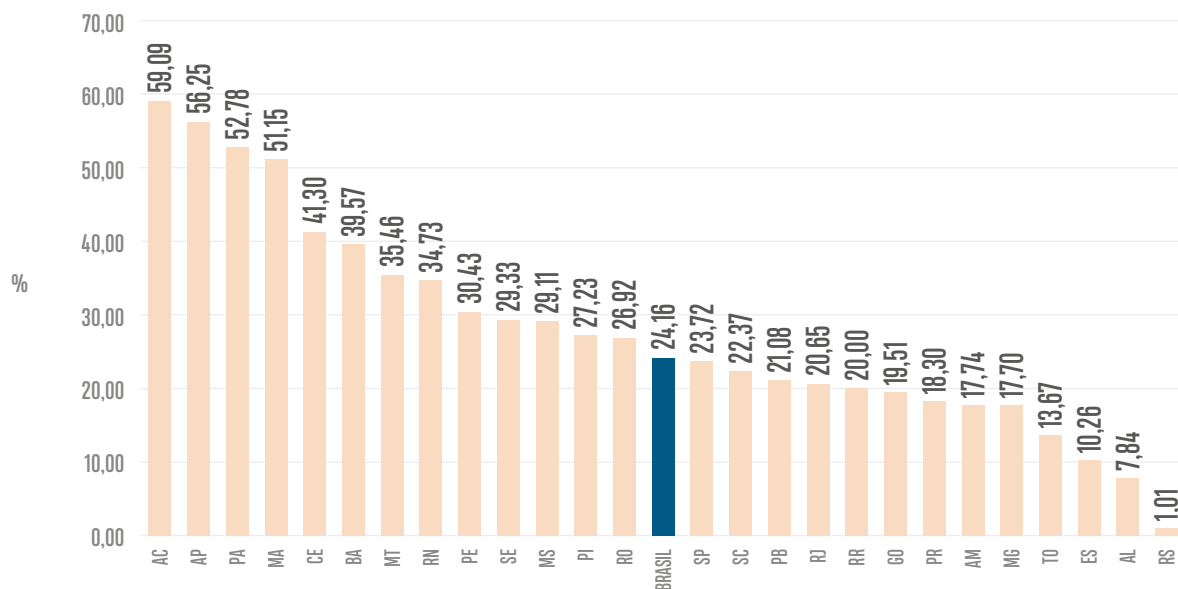
Nesse contexto, observa-se melhor desempenho para a propoção de entrega do RAG 2022 em relação aos dois anos anteriores, porém, percebe-se grande proporção de pendências (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Proporção da situação de entrega do RAG dos municípios para análise no Conselho de Saúde (2020, 2021 e 2022)



Fonte: DGMP. Dado coletado em 31/12/2020 (RAG 2019); 31/12/2021 (RAG 2020); 31/12/2022 (RAG 2021) e 31/12/2023 (RAG 2022).

A seguir, no Gráfico 20, são apresentadas as propoções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado do Acre (59,09% dos municípios).

Gráfico 20 – Proporção de municípios que não encaminhou o RAG 2022 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de envio de RAG para apreciação no Conselho de Saúde, registra-se que 2.155 municípios (38,70% do total de municípios brasileiros), possuem pendências, que representa decréscimo de 4,81% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (2.264 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com pendência de envio em um dos anos, totalizando 756 municípios (35,08% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 406 municípios (18,84% do total de municípios com pendências), não enviam o RAG em 2 anos; 276 municípios (12,81% do total de municípios com pendências) não enviam o RAG em 3 anos; 247 municípios (11,46% do total de municípios com pendências) não enviam o RAG em 4 anos e 470 municípios (21,81% do total de municípios com pendências) não enviam o RAG em 5 anos, isto é, pendentes em todos os anos.

A Tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde.

Tabela 2 – Número de municípios com pendências de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2022

UF	Quantidade de RAG não Encaminhados ao Conselho de Saúde					N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios com Pendência
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco			
AC	3	1	0	3	8	15	22	68,18
AL	14	11	6	17	3	51	102	50,00
AM	6	4	3	3	2	18	62	29,03
AP	4		2	2	5	13	16	81,25
BA	66	32	27	18	62	205	417	49,16
CE	28	18	15	3	22	86	184	46,74
ES	9	5	5	4	2	25	78	32,05
GO	32	23	10	6	7	78	246	31,71
MA	32	21	22	16	54	145	217	66,82
MG	124	60	40	41	53	318	853	37,28
MS	15	4	1	2	9	31	79	39,24
MT	35	8	3	2	7	55	141	39,01
PA	22	12	10	12	42	98	144	68,06
PB	23	18	6	8	13	68	223	30,49
PE	31	7	7	8	14	67	184	36,41
PI	31	13	25	23	33	125	224	55,80
PR	48	18	13	13	11	103	399	25,81
RJ	17	13	7	4	9	50	92	54,35
RN	35	15	8	5	10	73	167	43,71
RO	6	1	1	2	10	20	52	38,46
RR	3	0	0	0	0	3	15	20,00
RS	41	19	6	5	0	71	497	14,29
SC	35	21	10	9	18	93	295	31,53
SE	6	5	4	3	10	28	75	37,33
SP	71	74	42	38	65	290	645	44,96
TO	19	3	3	0	1	26	139	18,71
BRASIL	756	406	276	247	470	2.155	5.568	38,70

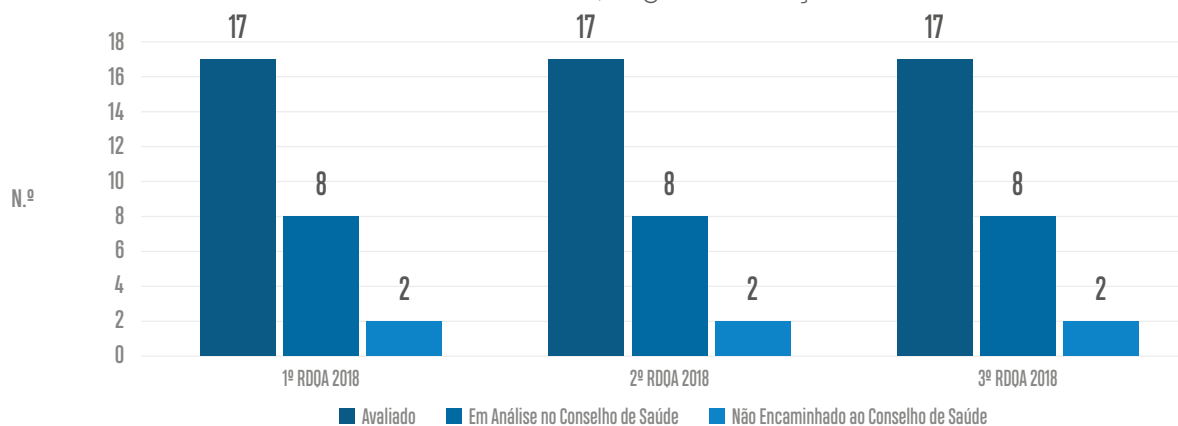
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme Gráfico 21.

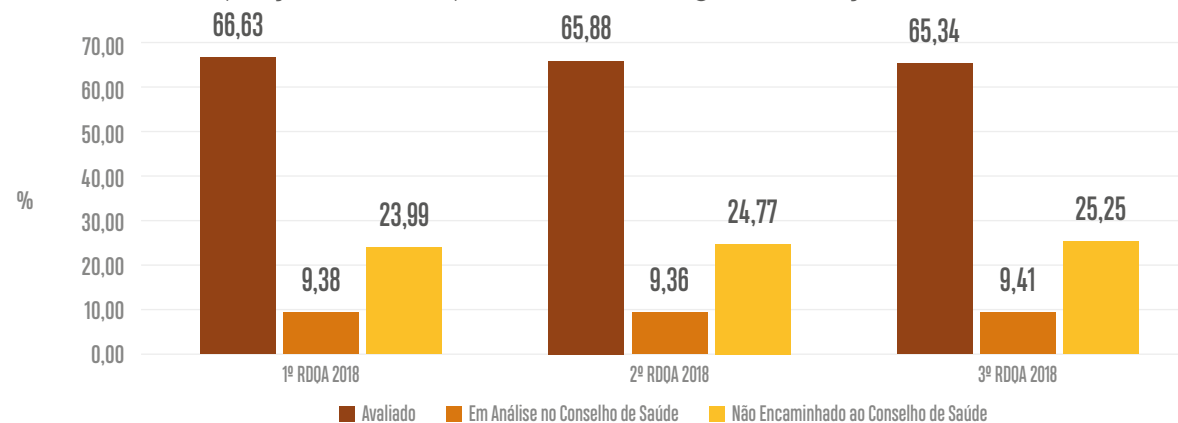
Gráfico 21 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 75,33% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 24,67% estão pendentes. O Gráfico 22 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

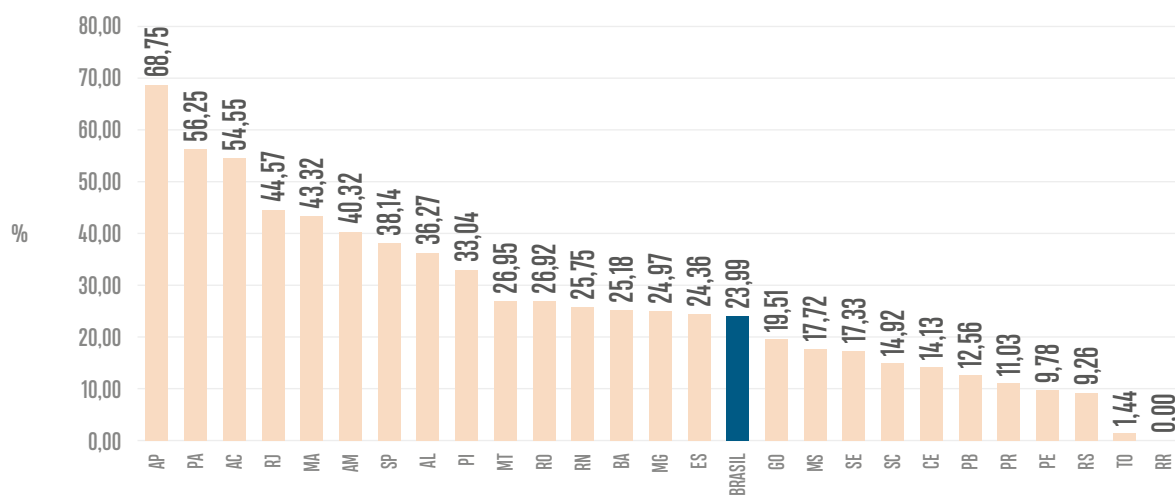
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

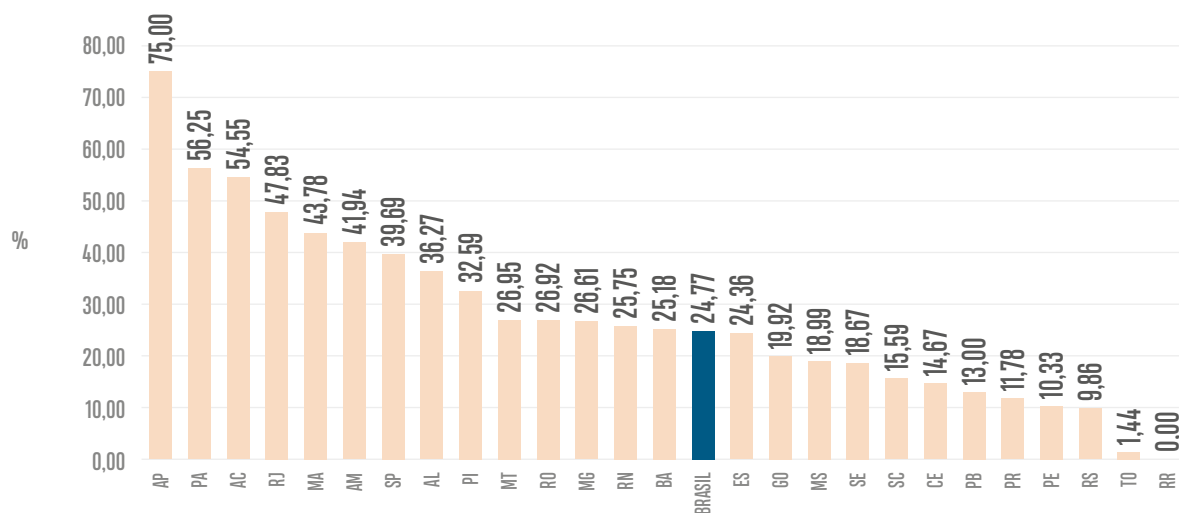
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado do Amapá para os três quadrimestres (Gráficos 23, 24 e 25).

Gráfico 23 – Proporção de municípios que não encaminhou o 1º RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



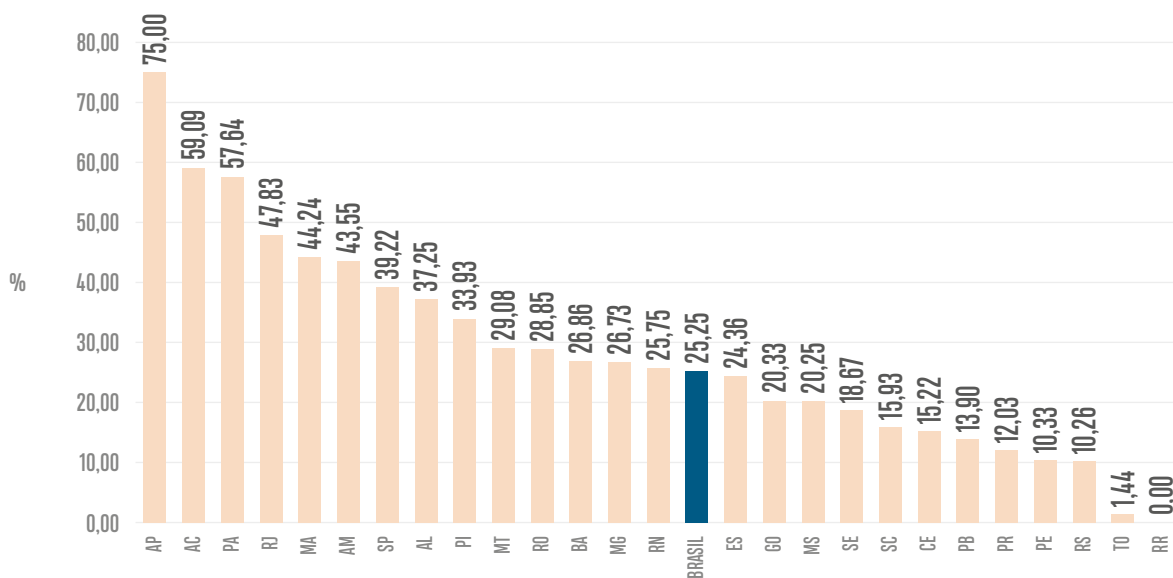
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 24 – Proporção de municípios que não encaminhou o 2º RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 25 – Proporção de municípios que não encaminhou o 3º RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Um total de 1.426 municípios não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde (25,61% de todos os municípios brasileiros), que representa decréscimo de 2,33% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (1.460 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.322 municípios) está pendente com o encaminhamento dos 3 RDQA de 2018 (92,71% de todos municípios pendentes); 51 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 2 RDQA de 2018 (3,58% de todos municípios pendentes); e 53 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 1 RDQA de 2018 (3,72% de todos municípios pendentes). A tabela 3 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 3 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2018

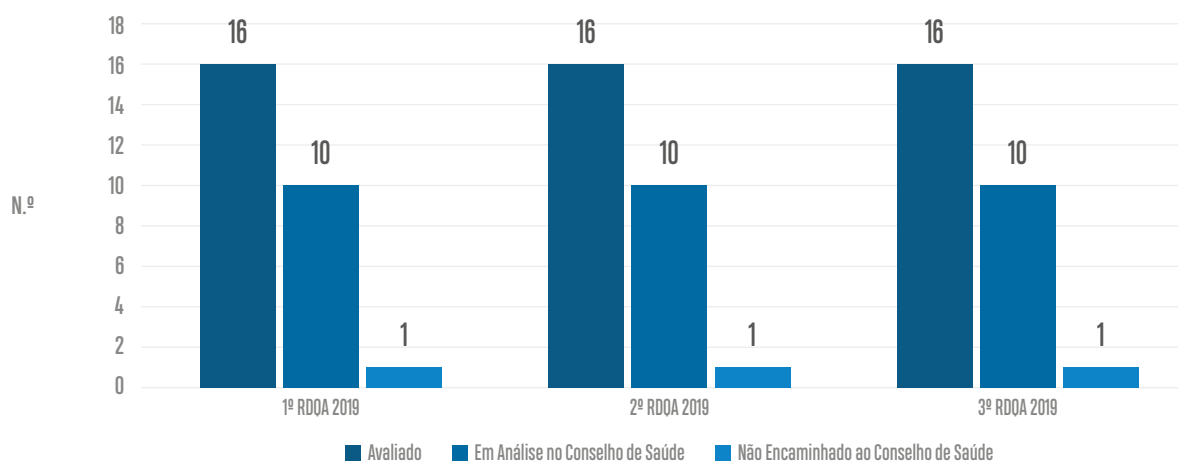
UF	Quantidade de RDQA 2018 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	1	0	12	13	22	59,09
AL	1	0	37	38	102	37,25
AM	1	1	25	27	62	43,55
AP	0	1	11	12	16	75,00
BA	6	2	104	112	417	26,86
CE	1	1	26	28	184	15,22
ES	0	0	19	19	78	24,36
GO	1	1	48	50	246	20,33
MA	5	2	92	99	217	45,62
MG	10	11	212	233	853	27,32
MS	1	1	14	16	79	20,25
MT	2	2	37	41	141	29,08
PA	2	0	81	83	144	57,64
PB	2	1	28	31	223	13,90
PE	0	1	18	19	184	10,33
PI	3	2	72	77	224	34,38
PR	3	5	42	50	399	12,53
RJ	2	2	41	45	92	48,91
RN	0	0	43	43	167	25,75
RO	1	0	14	15	52	28,85
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	2	3	46	51	497	10,26
SC	2	3	43	48	295	16,27
SE	0	1	13	14	75	18,67
SP	7	11	242	260	645	40,31
TO	0	0	2	2	139	1,44
BRASIL	53	51	1.322	1.426	5.568	25,61

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

RDQA de 2019

Uma unidade federativa ainda não encaminhou os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 26.

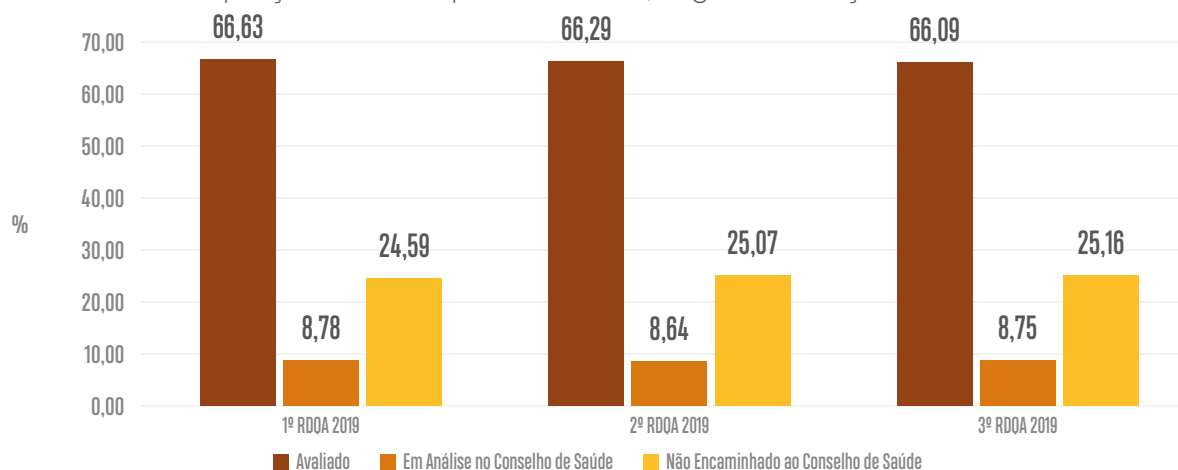
Gráfico 26 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019, 75,06% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 24,94% estão pendentes. O Gráfico 27 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

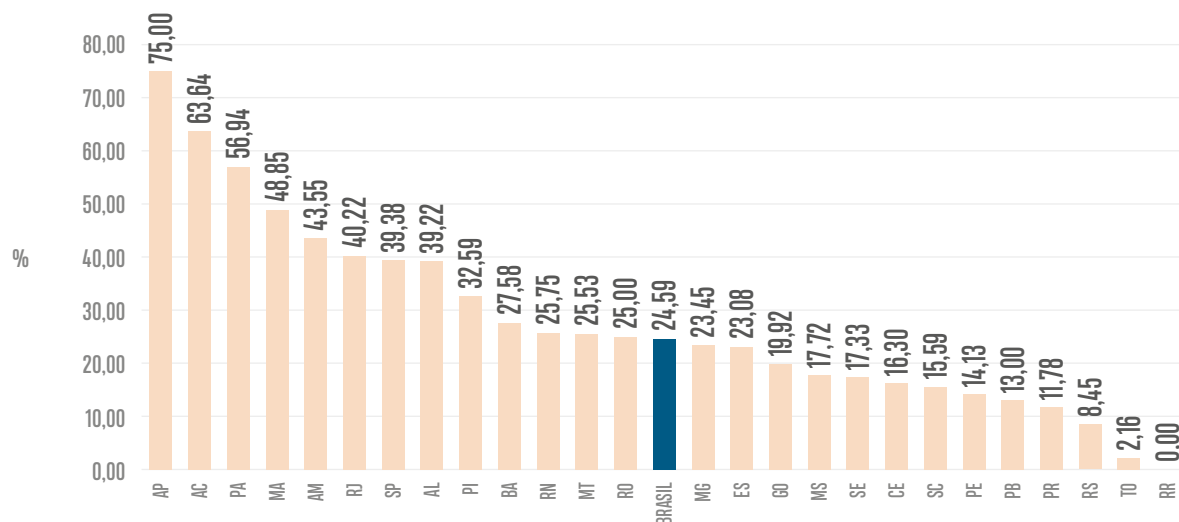
Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

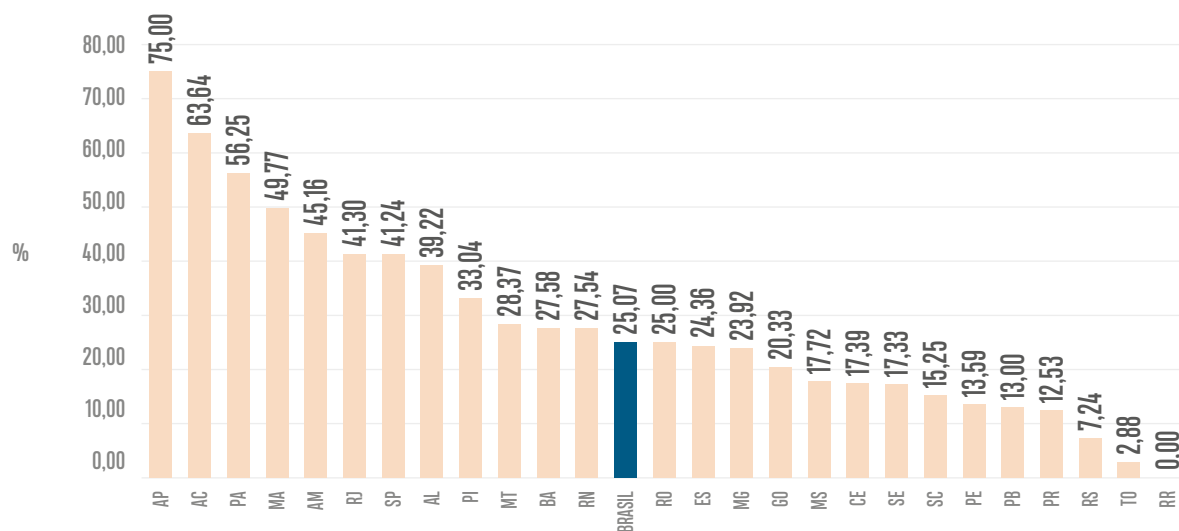
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres Gráficos 28, 29 e 30).

Gráfico 28 – Proporção de municípios que não encaminhou o 1º RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



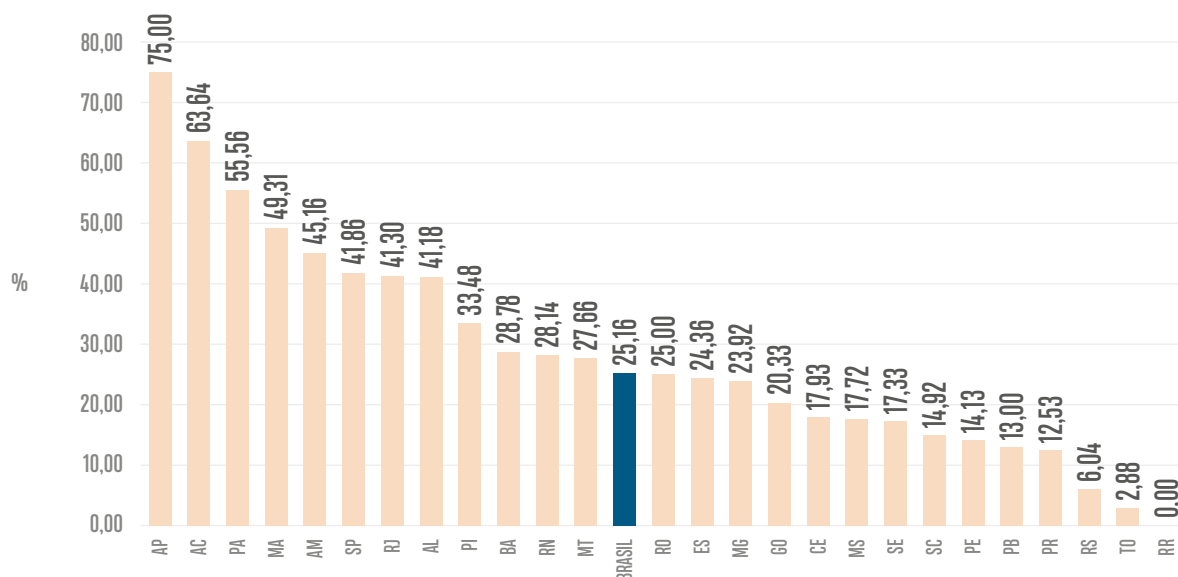
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 29 – Proporção de municípios que não encaminhou o 2º RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 30 – Proporção de municípios que não encaminhou o 3º RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Com relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.436 (25,79% de todos os municípios brasileiros), que representa decréscimo de 2,51% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (1.473 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.337 municípios) está pendente com o encaminhamento dos 3 RDQA de 2019 (93,11% de todos municípios pendentes); 56 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 2 RDQA de 2019 (3,90% de todos municípios pendentes); e 43 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 1 RDQA de 2019 (2,99% de todos municípios pendentes). A Tabela 4 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 4 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2019

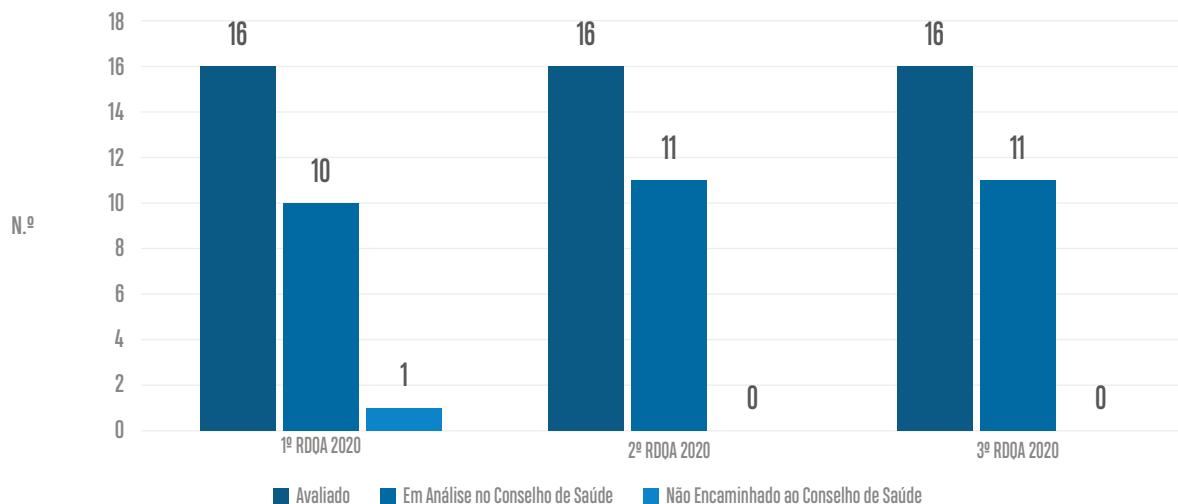
UF	Quantidade de RDQA 2019 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	14	14	22	63,64
AL	2	0	40	42	102	41,18
AM	0	1	27	28	62	45,16
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	3	4	113	120	417	28,78
CE	1	2	30	33	184	17,93
ES	0	1	18	19	78	24,36
GO	0	1	49	50	246	20,33
MA	0	3	105	108	217	49,77
MG	9	7	195	211	853	24,74
MS	0	0	14	14	79	17,72
MT	1	3	36	40	141	28,37
PA	2	2	79	83	144	57,64
PB	0	0	29	29	223	13,00
PE	2	0	25	27	184	14,67
PI	1	1	73	75	224	33,48
PR	2	2	47	51	399	12,78
RJ	1	2	36	39	92	42,39
RN	1	3	43	47	167	28,14
RO	0	0	13	13	52	25,00
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	10	7	28	45	497	9,05
SC	2	2	43	47	295	15,93
SE	0	0	13	13	75	17,33
SP	6	14	252	272	645	42,17
TO	0	1	3	4	139	2,88
BRASIL	43	56	1.337	1.436	5.568	25,79

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

RDQA de 2020

Uma unidade federativa não encaminhou, para avaliação no Conselho de Saúde, o 1º RDQA de 2020. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 31.

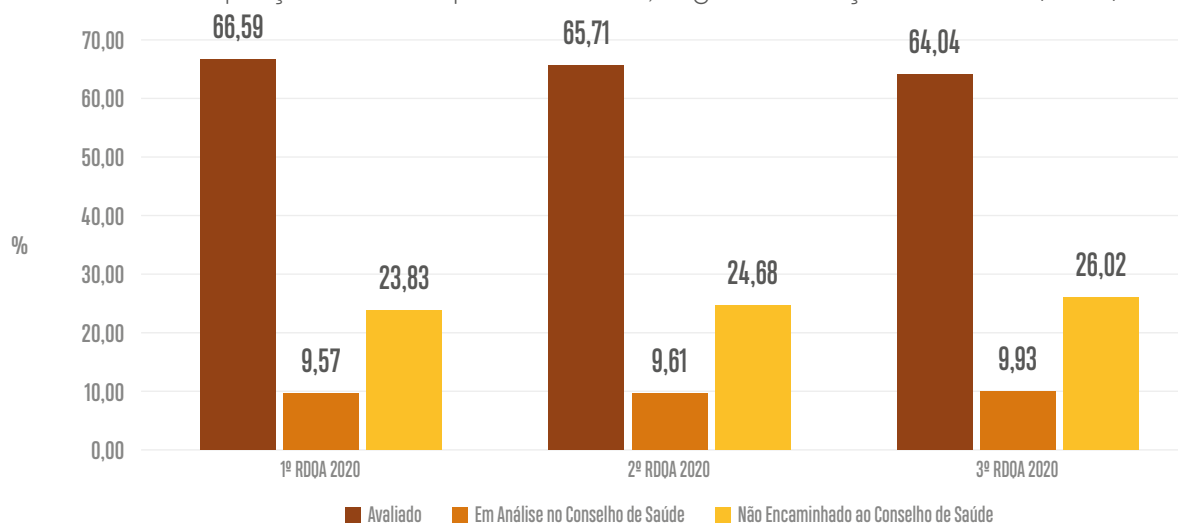
Gráfico 31 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Em relação aos municípios, a média dos que encaminharam todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 75,16%, conseqüentemente, a média de inadimplência foi de 24,84%. O Gráfico 32 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

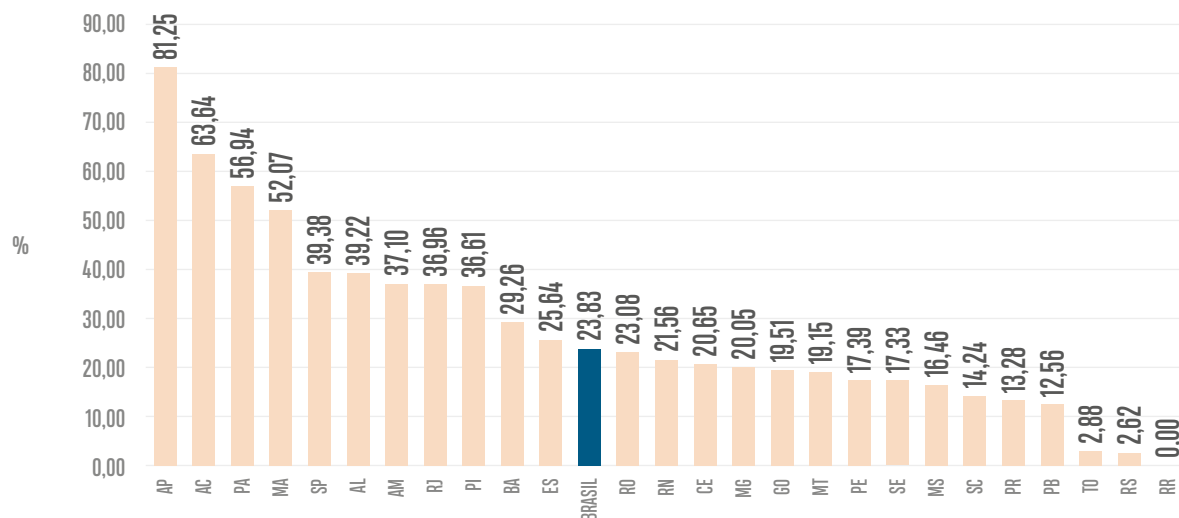
Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

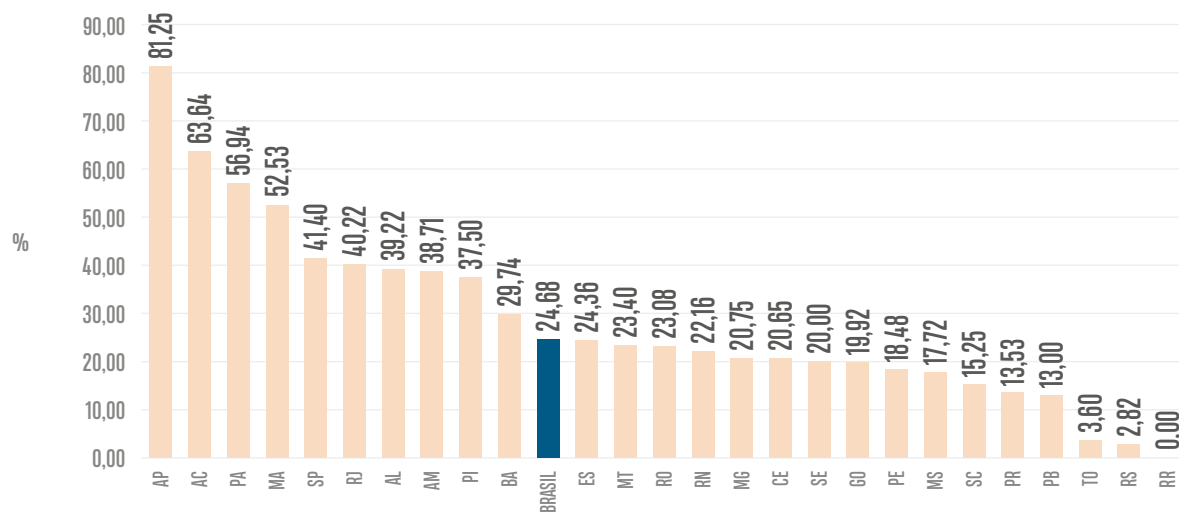
Sobre os municípios que não encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (Gráficos 33, 34 e 35).

Gráfico 33 – Proporção de municípios que não encaminhou o 1º RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

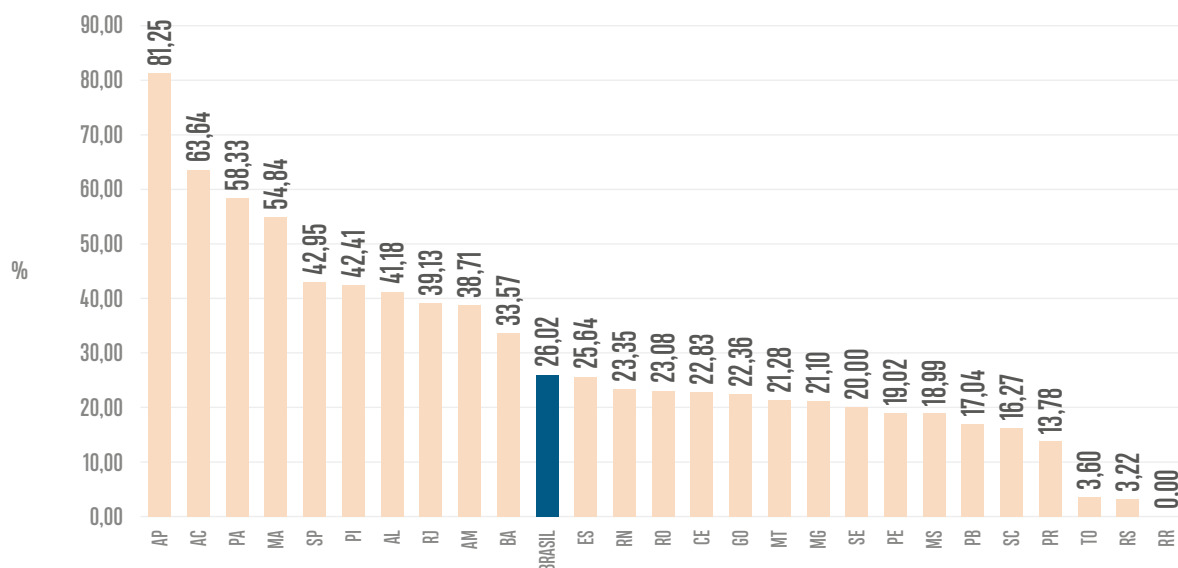


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 34 – Proporção de municípios que não encaminhou o 2º RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 35 – Proporção de municípios que não encaminhou o 3º RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, esse número somou 1.494 (26,83% de todos os municípios brasileiros), que representa decréscimo de 2,35% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (1.530 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.294 municípios) está pendente com o encaminhamento dos 3 RDQA de 2020 (86,61% de todos municípios pendentes); 68 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 2 RDQA de 2020 (4,55% de todos municípios pendentes); e 132 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 1 RDQA de 2020 (8,84% de todos municípios pendentes). A Tabela 5 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 5 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2020

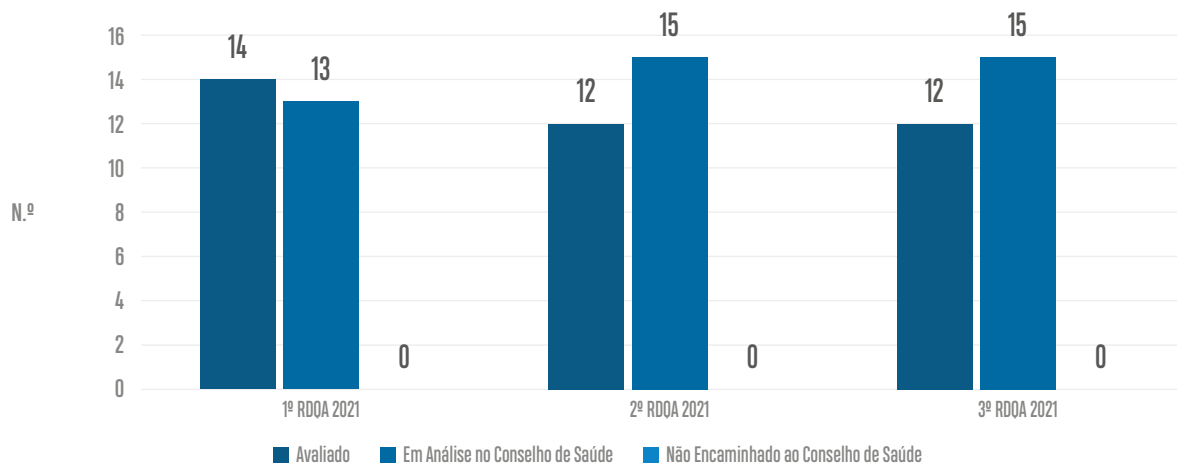
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	14	14	22	63,64
AL	2	0	40	42	102	41,18
AM	2	0	23	25	62	40,32
AP	0	0	13	13	16	81,25
BA	18	1	122	141	417	33,81
CE	4	0	38	42	184	22,83
ES	2	0	19	21	78	26,92
GO	8	0	48	56	246	22,76
MA	6	2	112	120	217	55,30
MG	17	14	161	192	853	22,51
MS	1	1	13	15	79	18,99
MT	4	4	26	34	141	24,11
PA	3	1	81	85	144	59,03
PB	10	2	27	39	223	17,49
PE	3	1	32	36	184	19,57
PI	12	3	81	96	224	42,86
PR	6	3	50	59	399	14,79
RJ	1	5	32	38	92	41,30
RN	6	5	32	43	167	25,75
RO	0	0	12	12	52	23,08
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	4	0	13	17	497	3,42
SC	3	3	42	48	295	16,27
SE	2	1	13	16	75	21,33
SP	15	21	247	283	645	43,88
TO	3	1	3	7	139	5,04
BRASIL	132	68	1.294	1.494	5.568	26,83

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

RDQA de 2021

Não há pendências por parte das unidade federativas quanto ao encaminhamento do 1º, 2º e 3º RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. Observa-se no Gráfico 36 que ainda há pendências por parte de Conselhos de Saúde quanto à avaliação e à emissão do parecer.

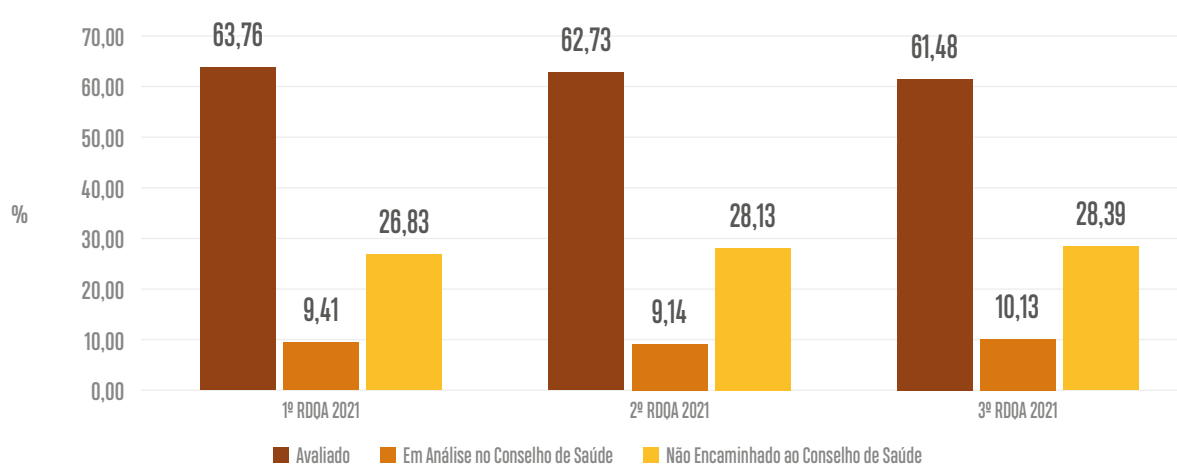
Gráfico 36 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Em análise análoga para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2021; 72,22% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 27,78% estão pendentes. O Gráfico 37 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

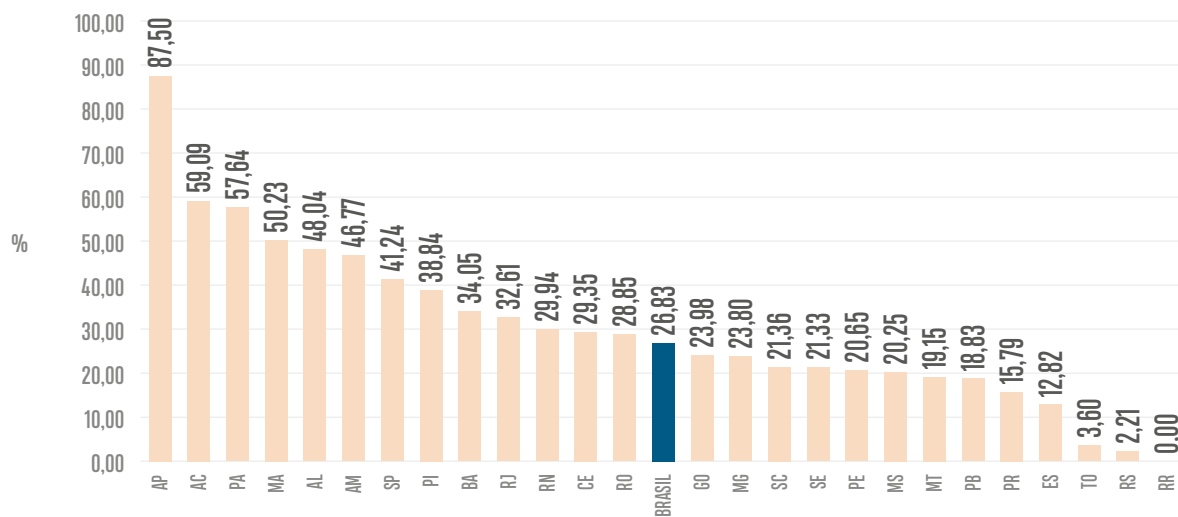
Gráfico 37 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

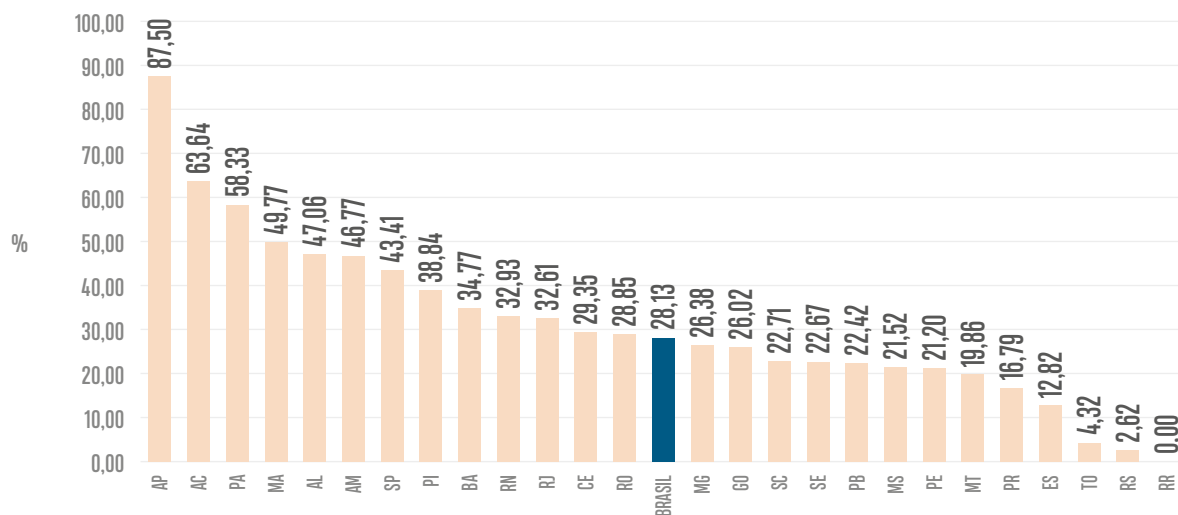
Tomando-se por base somente os municípios que não encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, identifica-se que a maior proporção de municípios nessa situação está no estado do Amapá para os três quadrimestres (Gráficos 38, 39 e 40).

Gráfico 38 – Proporção de municípios que não encaminhou o 1º RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



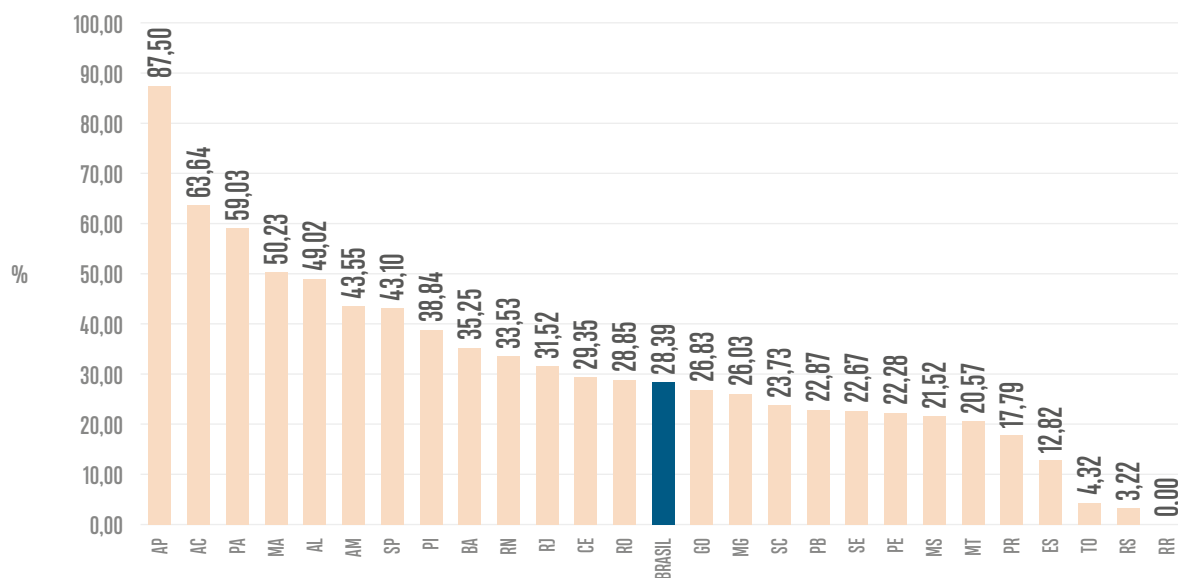
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 39 – Proporção de municípios que não encaminhou 2º RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 40 – Proporção de municípios que não encaminhou o 3º RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.615 (29,01% de todos os municípios brasileiros), que representa decréscimo de 2,83% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (1.662 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.474 municípios) está pendente com o encaminhamento dos 3 RDQA de 2021 (91,27% de todos municípios pendentes); 78 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 2 RDQA de 2021 (4,83% de todos municípios pendentes); e 63 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 1 RDQA de 2021 (3,90% de todos municípios pendentes). A Tabela 6 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 6 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2021

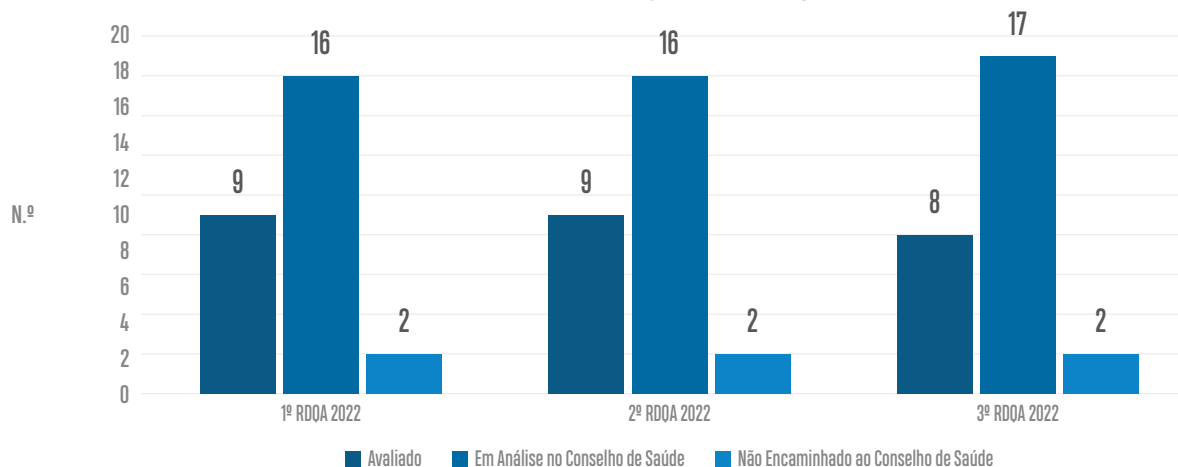
UF	Quantidade de RDQA 2021 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios cm Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	13	14	22	63,64
AL	3	0	48	51	102	50,00
AM	2	1	27	30	62	48,39
AP	0	0	14	14	16	87,50
BA	4	2	142	148	417	35,49
CE	0	0	54	54	184	29,35
ES	0	0	10	10	78	12,82
GO	4	4	59	67	246	27,24
MA	3	1	107	111	217	51,15
MG	8	27	196	231	853	27,08
MS	0	1	16	17	79	21,52
MT	3	0	27	30	141	21,28
PA	1	1	83	85	144	59,03
PB	5	6	42	53	223	23,77
PE	2	1	38	41	184	22,28
PI	0	0	87	87	224	38,84
PR	8	2	63	73	399	18,30
RJ	1	2	28	31	92	33,70
RN	1	5	50	56	167	33,53
RO	0	0	15	15	52	28,85
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	5	4	9	18	497	3,62
SC	4	5	62	71	295	24,07
SE	0	1	16	17	75	22,67
SP	9	13	263	285	645	44,19
TO	0	1	5	6	139	4,32
BRASIL	63	78	1.474	1.615	5.568	29,01

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

RDQA de 2022

Duas unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 41.

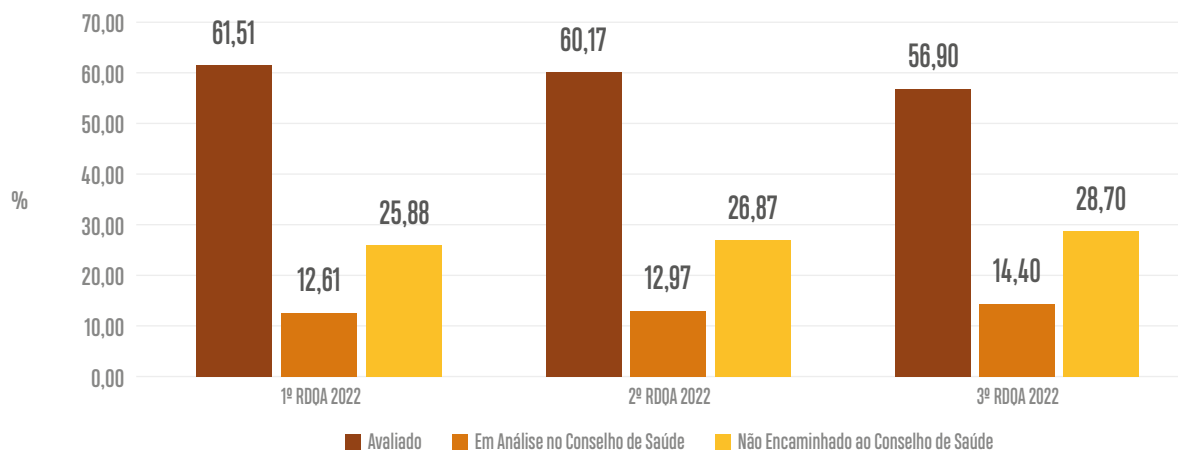
Gráfico 41 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2022; 72,85% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 27,15% estão pendentes. O Gráfico 42 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

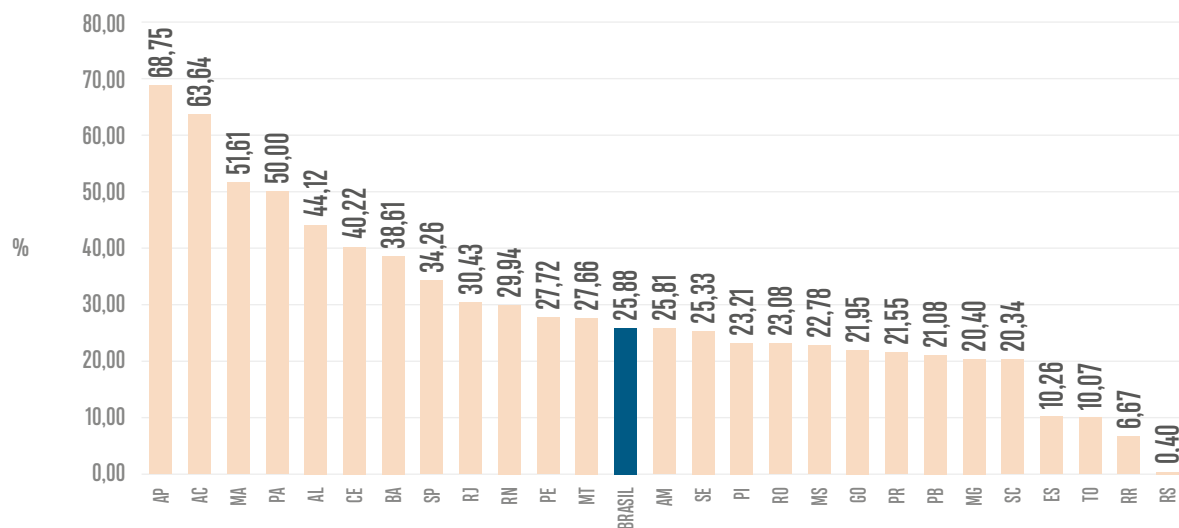
Gráfico 42 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

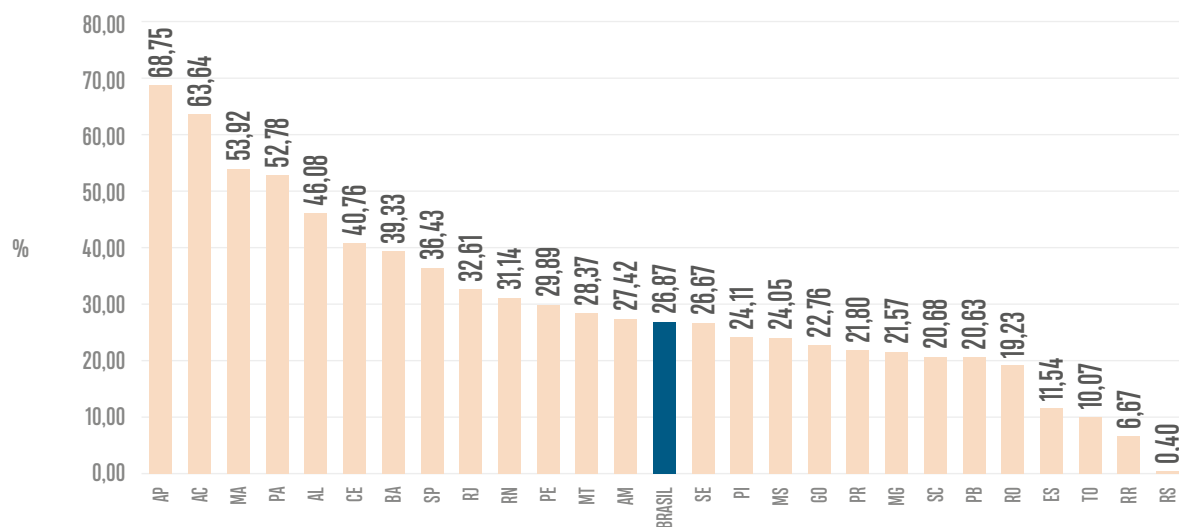
Na análise por cada estado, Gráficos 43, 44 e 45, observou-se no estado do Amapá as maiores proporções de municípios que não encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), nos três quadrimestres de 2022.

Gráfico 43 – Proporção de municípios que não encaminhou o 1º RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

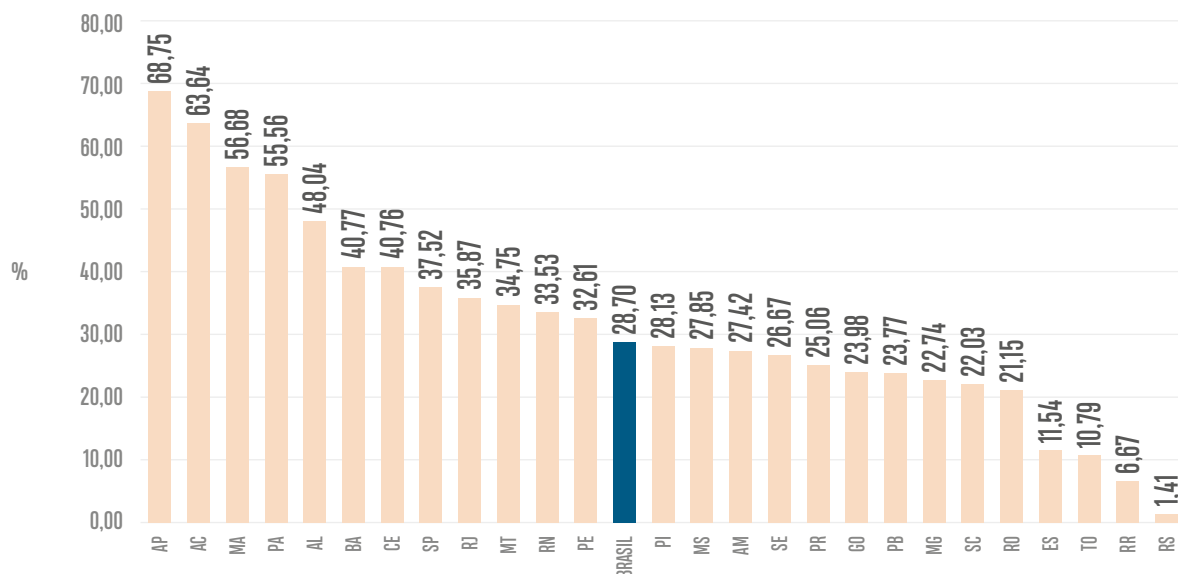


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 44 – Proporção de municípios que não encaminhou o 2º RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 45 – Proporção de municípios que não encaminhou o 3º RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Em relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.626 (29,20% de todos os municípios brasileiros), que representa decréscimo de 5,02% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (1.712 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.412 municípios) está pendente com o encaminhamento dos 3 RDQA de 2022 (86,64% de todos municípios pendentes); 85 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 2 RDQA de 2022 (5,23% de todos municípios pendentes); e 129 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 1 RDQA de 2022 (7,93% de todos municípios pendentes). A tabela 7 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 7 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

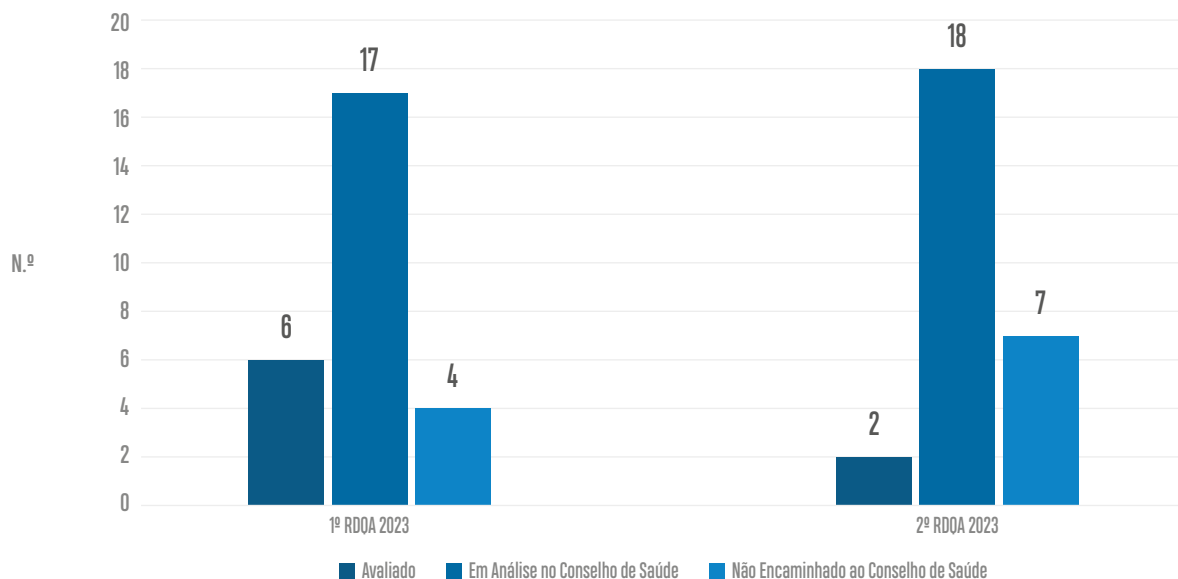
UF	Quantidade de RDQA 2022 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	14	14	22	63,64
AL	2	2	45	49	102	48,04
AM	0	1	16	17	62	27,42
AP	0	0	11	11	16	68,75
BA	8	5	159	172	417	41,25
CE	0	1	74	75	184	40,76
ES	2	0	8	10	78	12,82
GO	3	2	54	59	246	23,98
MA	5	7	111	123	217	56,68
MG	19	16	167	202	853	23,68
MS	3	1	18	22	79	27,85
MT	10	2	38	50	141	35,46
PA	3	6	71	80	144	55,56
PB	8	0	46	54	223	24,22
PE	4	6	50	60	184	32,61
PI	9	5	50	64	224	28,57
PR	17	5	82	104	399	26,07
RJ	3	2	28	33	92	35,87
RN	6	1	50	57	167	34,13
RO	3	0	10	13	52	25,00
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	4	2	1	7	497	1,41
SC	5	2	59	66	295	22,37
SE	0	1	19	20	75	26,67
SP	14	18	216	248	645	38,45
TO	1	0	14	15	139	10,79
BRASIL	129	85	1.412	1.626	5.568	29,20

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

RDQA de 2023

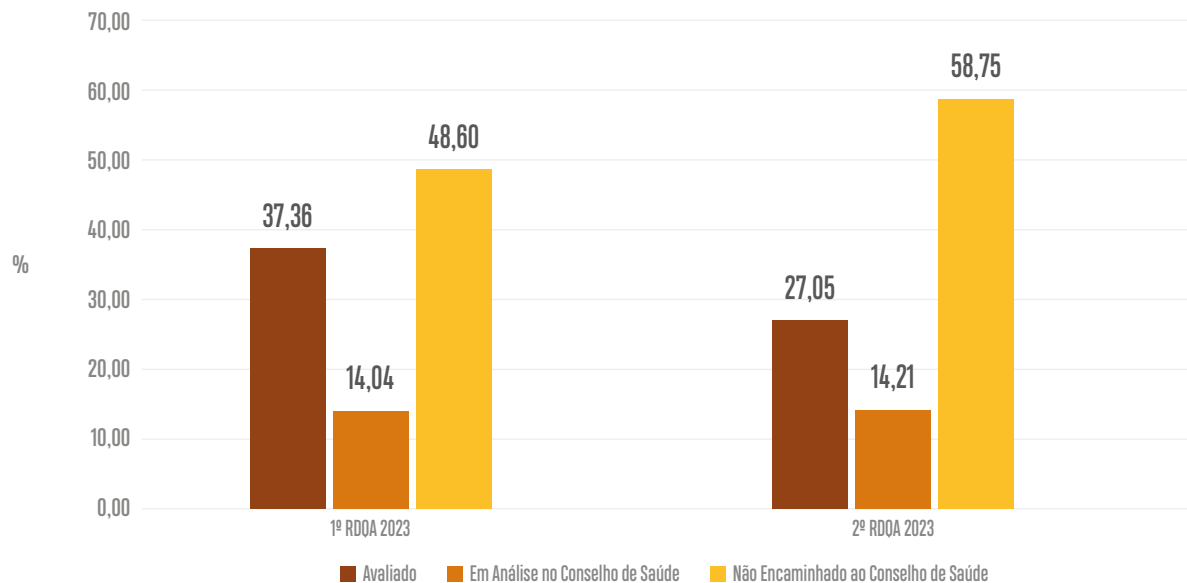
Quatro e sete unidades federativas, respectivamente, não encaminharam o 1º e o 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, consoante ao Gráfico 46. Ressalta-se que o prazo para envio do 3º RDQA de 2023 é no final de fevereiro de 2024, portanto, ainda não é passível de apuração.

Gráfico 46 – Número de unidades federativas, segundo situação do 1º e 2º RDQA (2023)



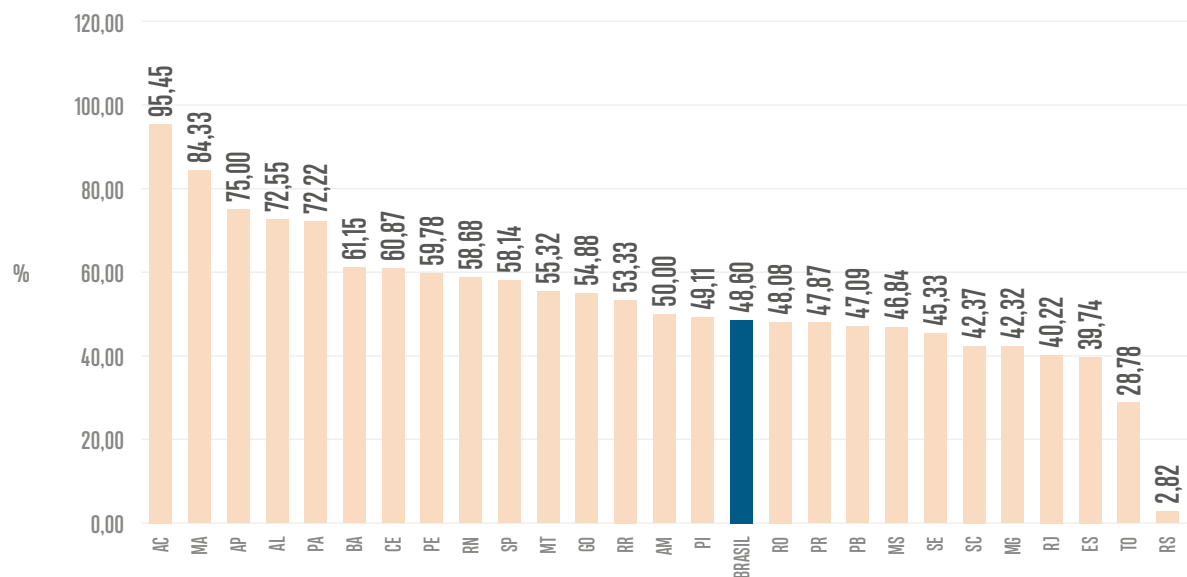
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Para os municípios, observou-se que, na média dos dois RDQA de 2023, 46,33% deles encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 53,67% estão pendentes. O Gráfico 47 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 47 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º e 2º RDQA (2023)

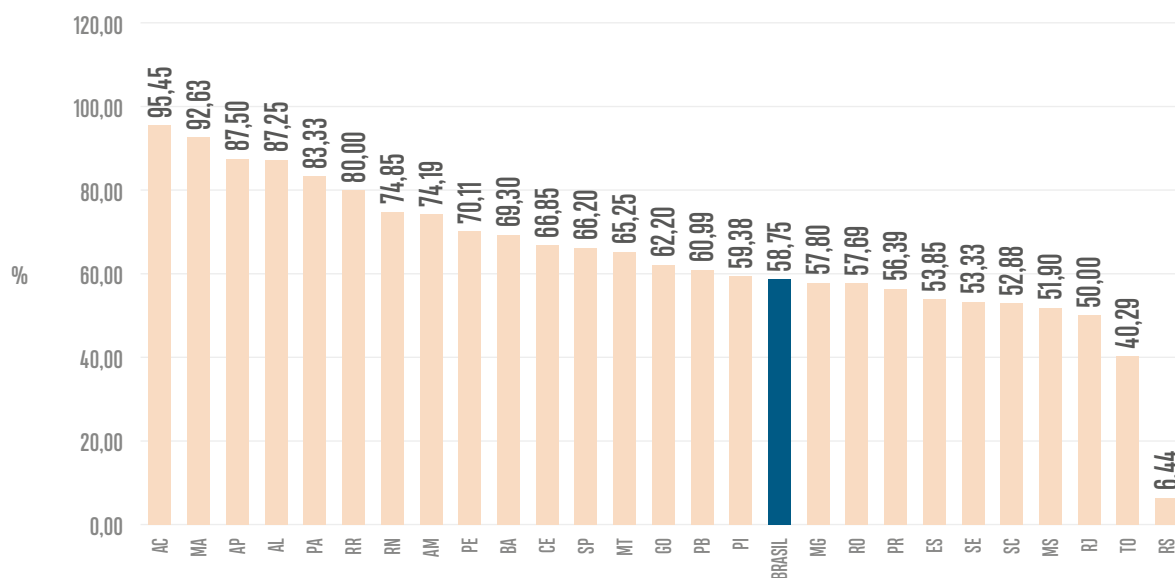
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

E os Gráfico 48 e 49 demonstram a proporção de municípios pendentes por unidade federativa.

Gráfico 48 – Proporção de municípios que não encaminhou o 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2023.

Gráfico 49 – Proporção de municípios que não encaminhou o 2º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/10/2023.

Em relação municípios que não encaminharam pelo menos um dos dois RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 3.286 (59,02% de todos os municípios brasileiros), que representa decréscimo de 10,78% em relação à apuração realizada em 30/11/2023 (3.683 municípios com pendências).

A maior parte desse total (2.691 municípios) está pendente com o encaminhamento dos 2 RDQA de 2023 (81,89% de todos municípios pendentes), e 595 municípios estão pendentes com o encaminhamento de 1 RDQA de 2022 (18,11% de todos municípios pendentes). A Tabela 8 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 8 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

UF	Quantidade de RDQA 2023 não Encaminhados ao Conselho de Saúde		N.º de municípios com Pendência	Número total de municípios	% de municípios com Pendência
	Um	Dois			
AC	0	21	21	22	95,45
AL	15	74	89	102	87,25
AM	15	31	46	62	74,19
AP	2	12	14	16	87,50
BA	36	254	290	417	69,54
CE	11	112	123	184	66,85
ES	11	31	42	78	53,85
GO	24	132	156	246	63,41
MA	18	183	201	217	92,63
MG	142	356	498	853	58,38
MS	6	36	42	79	53,16
MT	14	78	92	141	65,25
PA	16	104	120	144	83,33
PB	35	103	138	223	61,88
PE	19	110	129	184	70,11
PI	23	110	133	224	59,38
PR	36	190	226	399	56,64
RJ	9	37	46	92	50,00
RN	27	98	125	167	74,85
RO	5	25	30	52	57,69
RR	4	8	12	15	80,00
RS	18	14	32	497	6,44
SC	31	125	156	295	52,88
SE	8	33	41	75	54,67
SP	52	375	427	645	66,20
TO	18	39	57	139	41,01
BRASIL	595	2.691	3.286	5.568	59,02

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/11/2023.

REFERÊNCIAS

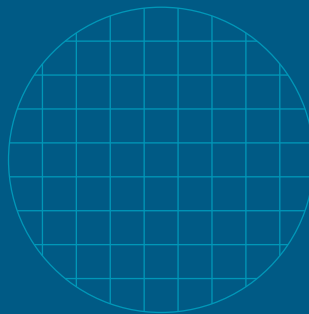
BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgmp>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa
sobre esta publicação.



CLIQUE AQUI
e responda a pesquisa



DISQUE
SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsmms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal